


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2006
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

O Estado do Espírito Santo demonstrou uma forte expansão em 2006, registrando um expressivo crescimento de 7% na produção industrial. A balança comercial do Estado do Espírito Santo fechou o ano de 2006 crescendo 21% em relação a 2005, com um saldo positivo de US\$ 1,8 bilhão. Nas exportações, os maiores destaques foram o minério de ferro, celulose, ferro, aço, rochas ornamentais e café em grãos. Na área de petróleo e gás, os novos investimentos resultaram em uma produção de cerca de 180 mil barris/dia, sendo o Estado o segundo produtor do Brasil em 2006. Seguindo a tendência da economia do Estado, a energia distribuída pela Escelsa apresentou um significativo crescimento de 5,5%, acima da média nacional de 3,8%, atingindo 8.060 GWh. Alguns indicadores merecem referência, nomeadamente:

- A Escelsa fechou o ano com 1.058.915 clientes, ou seja, um crescimento de 2,7%.
- Os indicadores de qualidade do serviço prestado aos clientes apresentaram uma significativa melhoria, nomeadamente o DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente por Consumidor) que foram os melhores na história da Escelsa.
- Uma melhoria do índice de perdas totais, passando de 13,3% para 13,1%. Esta redução reflete a entrada em operação da subestação Viana, pertencente a Furnas e a maior geração hidrelétrica no Estado, especialmente da Usina de Mascarenhas.
- A Escelsa realizou investimentos que totalizaram R\$ 191,3 milhões, 18% superior a 2005, prova do compromisso da empresa com o desenvolvimento econômico e social do Estado. De referir, em especial, o cumprimento integral do Programa Luz para Todos, uma parceria da Escelsa, Governo do Estado do Espírito Santo e Governo Federal, superando as metas comprometidas com o MME e Anel.
- A Escelsa apresentou resultados econômicos bastante positivos, em parte devido ao crescimento do mercado, destacando-se uma elevação da margem do EBIT, de 14,4% para 15,9%, e da margem do EBITDA, de 19,9% para 21,4%, em 2006.
- Em treinamento alcançou-se o índice de 140,93 horas de treinamento por colaborador. Durante o ano de 2006, a Escelsa recebeu prêmios atestando a qualidade dos serviços prestados aos seus clientes e de sua gestão empresarial:
- Recebeu o Diploma na Categoria Prata do Prêmio Qualidade Espírito Santo - PQES em 2006, disputado entre as maiores empresas localizadas no Estado. O PQES utiliza os mesmos critérios de excelência do Prêmio Nacional da Qualidade, o PNQ;
- Na avaliação do prêmio Abradee - Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia, a Escelsa foi reconhecida como a quarta melhor empresa da região sudeste em Qualidade da Gestão e a sexta melhor do País, na categoria empresas de distribuição de energia elétrica com mais de 400 mil clientes, dentre aquelas que concorreram ao prêmio;
- Conquistou o Prêmio Procel 2006, concedido pelo Ministério de Minas e Energia por reconhecimento público ao empenho e aos resultados obtidos na atuação no combate ao desperdício de energia, como a melhor empresa no segmento de médio porte, por seu projeto de eficiência energética realizado no Shopping Vitória;
- Pelo 7º ano consecutivo recebeu a certificação de empresa amiga da criança, concedida pela ABRINQ, pela suas ações contra o trabalho infantil e programas voltados à inserção social de crianças e adolescentes carentes.

A Escelsa está preparada para fazer os investimentos necessários para suportar o crescimento do mercado do Espírito Santo. A eficiência operacional e o combate às perdas continuarão sendo os principais objetivos estratégicos da Escelsa.

Antônio Eduardo da Silva Oliva - Diretor Presidente

CENÁRIO MACROECONÔMICO: O cenário de estabilidade macroeconômica se manteve em 2006. Os principais indicadores econômicos mantiveram a tendência apresentada em 2005 - inflação e taxa de câmbio sob controle, taxa de juros em queda e crescimento econômico moderado. Em 2006, o consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 3,8%, de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), um ritmo inferior aos 4,6% registrados em 2005. O Estado do Espírito Santo demonstrou uma forte expansão em 2006, registrando um expressivo crescimento de 7% na produção industrial. A economia tem como ponto forte o comércio exterior, contando com ferrovias e um eficiente complexo portuário com seis portos, e a indústria de petróleo e gás. A balança comercial do Estado do Espírito Santo fechou o ano de 2006 crescendo 21% em relação a 2005, com um saldo positivo de US\$ 1,8 bilhão. Nas exportações, os maiores destaques foram o minério de ferro, celulose, ferro, aço, rochas ornamentais e café em grãos. Na área de petróleo e gás, os novos investimentos resultaram em uma produção de cerca de 180 mil barris/dia, sendo o Estado o segundo produtor do Brasil em 2006.

A ESCELSA E SUA ÁREA DE CONCESSÃO: A Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa é uma Companhia Aberta desde 19 de janeiro de 1996, com sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, regida pela Lei das Sociedades por Ações, controlada pela EDP Energias do Brasil S.A., desde novembro de 2002, passando a ser sua subsidiária integral, a partir de 29 de abril de 2005. A Escelsa atende a 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, em uma área de 41.241 km², equivalente a aproximadamente 90% do Estado e a 93,8% da população total, o que corresponde a 3,2 milhões de habitantes. A concessão tem vigência até 16 de julho de 2025, podendo ser renovada por mais 30 anos, conforme Decreto Executivo de 17 de julho de 1995, outorgada pela União Federal.

PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	Unidade	dez/06	dez/05	Var. %
Financeiros				
Ativo Total	R\$ milhões	2.013,0	1.804,8	11,5
Patrimônio Líquido	R\$ milhões	773,2	608,5	27,1
Dívida Líquida (1)	R\$ milhões	316,8	257,5	23,0
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	vezes	0,4	0,4	0,0
Dívida Líquida/EBITDA	vezes	1,2	1,1	0,1
Resultados				
Receita Bruta	R\$ milhões	1.861,5	1.761,3	5,7
Receita Líquida	R\$ milhões	1.281,2	1.223,3	4,7
Gastos Gerenciais e Não Gerenciais	R\$ milhões	1.078,1	1.046,7	3,0
Resultado do Serviço (EBIT)	R\$ milhões	203,1	176,7	15,0
EBITDA (2)	R\$ milhões	273,9	243,4	12,5
Resultado Financeiro	R\$ milhões	(64,7)	(73,7)	-12,2
Resultado não Operacional	R\$ milhões	(1,6)	(32,9)	-95,0
Equivalência Patrimonial	R\$ milhões	-	80,0	-
Resultado Antes de Impostos	R\$ milhões	136,8	150,2	-8,9
Lucro Líquido	R\$ milhões	139,6	155,2	-10,0
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/rec. líquida)	%	21,4%	19,9%	1,5 p.p.
Margem Líquida (lucro líq./rec. líquida)	%	10,9%	12,7%	-1,8 p.p.
Operacionais				
Energia Distribuída	GWh	8.059,7	7.639,2	5,5
Energia Vendida a Clientes Finais	GWh	4.276,2	5.132,0	-16,7
Residencial		1.372,8	1.321,4	3,9
Industrial		1.041,2	2.095,8	-50,3
Comercial		905,0	841,9	7,5
Rural		419,3	356,3	17,7
Outros		537,8	516,6	4,1
Suprimento a Outras Concessionárias	GWh	336,3	299,0	12,5
Consumo Próprio	GWh	9,6	10,1	-4,9
Energia em Trânsito	GWh	3.437,6	2.198,0	56,4
Investimentos	R\$ milhões	191,3	162,2	18,0
Número de Clientes Finais	mil	1.058,9	1.030,9	2,7
Número de Colaboradores	unidade	999	1.158	-13,7
Produtividade (MWh distribuído/empregado)	MWh	8.068	6.597	22,3
Duração Equiv. de Interrupção por Cliente - DEC	horas	8,30	11,83	-29,8
Frequência Equiv. de Interrupção por Cliente - FEC	vezes	6,34	8,66	-26,8

(1) Dívida Líquida = Dívida Bruta - caixa e valores mobiliários - saldo líquido de ativos regulatórios

(2) EBITDA = Lucro antes de impostos, juros, depreciação, amortização e resultado não operacional. Nota: As informações aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes.

REDE ELÉTRICA

Caracterização do Sistema Elétrico - O sistema elétrico de distribuição da Escelsa é formado por linhas de distribuição de 138kV, 69kV, 34,5 kV e redes de média e baixa tensão, sendo totalmente integrado ao Sistema Interligado Nacional. O sistema elétrico atingiu a ponta de demanda de 1.404,33 MW no mês de fevereiro de 2006.

Principais Dados das Instalações Elétricas da Escelsa

Instalações	2006	2005	Variação	
			Quant.	%
Número de Subestações *	72	71	1	1,4
Potência Instalada de Transformação (MVA)	2.913	2.851	62	2,2
Redes de Distribuição - Própria - Total - km	52.608	49.982	2.626	5,3
Redes de Distribuição - Própria - AT (maior ou igual a 69 kV)	2.632	2.605	27	1,0
Redes de Distribuição - Própria - MT (entre 1 e menor a 69 kV)	41.735	39.301	2.434	6,2
Redes de Distribuição - Própria - BT (menor que 1 kV)	8.241	8.076	165	2,0
Transformadores de Distribuição Próprios - Total - (quantidade)	57.566	48.309	9.257	19,2
Transformadores de Distribuição Próprios - Urbano	19.280	19.062	218	1,1
Transformadores de Distribuição Próprios - Rural	38.286	29.247	9.039	30,9
Transformadores de Distribuição de Terceiros - (quantidade)	44.802	44.077	725	1,6
Total de kVA's Instalados na Distribuição Própria - Total - (MVA)	1.852	1.715	137	8,0
Total de kVA's instalados na distribuição própria - Urbano	1.237	1.208	29	2,4
Total de kVA's instalados na distribuição própria - Rural	615	507	108	21,3
Total de kVA's Instalados na Distribuição Terceiros (MVA)	1.827	1.749	78	4,5
Postes em Redes de Distribuição - Total - (Quantidade):	509.766	479.653	30.113	6,3
Postes em Redes de Distribuição - Urbano	257.626	242.407	15.219	6,3
Postes em Redes de Distribuição - Rural	252.140	237.246	14.894	6,3

* Inclui uma subestação móvel

AT = Alta Tensão MT = Média Tensão BT = Baixa Tensão

No que tange à conexão com a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, o sistema elétrico da Escelsa possui quatro pontos de interligação: três diretamente com a supridora Furnas, através da transformação 345/138 kV na localidade de Pitanga (Subestação de Transmissão - ST Vitória), no município de Serra, ES, e da transformação 345/138 kV na localidade de Areinha (ST Viana), no município de Viana, (ambas na Região Metropolitana da Grande Vitória) e em 138 kV em Campos, no Estado do Rio de Janeiro (ST Campos) - além de um quarto ponto de interligação em 230/138 kV na ST Mascarenhas.

AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

Reajuste Tarifário - A Anel homologou em agosto de 2006 um reajuste médio das tarifas da Escelsa de 16,67%, para o período entre agosto de 2006 e julho de 2007. O reajuste concedido já considera o percentual de 8,44% de ajustes financeiros para recuperação de custos incorridos sem cobertura tarifária. O reajuste tarifário contemplou o reconhecimento líquido positivo de R\$ 34,4 milhões, referentes principalmente à revisão, pela Anel, dos critérios utilizados no ano anterior no tratamento dos impactos da desverticalização de ativos da concessionária.

BALANÇO ENERGÉTICO

Itaipu 1.816.578	18,6%	Energia Requerida 9.269.500	Suprimento 336.269	3,6%	
Contratos Bilaterais 1.013.630	10,4%		Perdas na Rede Básica 106.713	Fornecimento 4.285.809	46,2%
CEAR e MCSO 2005-2012 1.852.902	19,0%		Perdas de Itaipu 42.961		
CEAR e MCSO 2006-2013 1.480.016	15,1%		Vendas Curto Prazo 352.624	Perdas da Distribuição 1.209.813	13,1%
Proinfra 19.411	0,2%		Ajustes do Curto Prazo 3.155		
Compra Curto Prazo 154.806	1,6%		Energia em Trânsito 3.437.610	37,1%	

Compra de Energia - Durante o ano de 2006, a Escelsa comprou um total de 6.183 GWh para o atendimento do seu mercado, por meio de contratos bilaterais, leilões, Itaipu e Proinfra. Em relação a 2005, isso significou um decréscimo de 539 GWh. Em 01/02/2006 teve o início do suprimento do contrato de compra e venda de energia elétrica com a Enerpeixe, com período de suprimento de 10 anos. O montante anual contratado é de 47,2 MWmédios para o ano de 2006 e 53,9 MWmédios para os demais anos, ao preço de R\$ 107,18/MWh, com data-base de outubro de 2003 e reajuste concatenado à data do reajuste/revisão tarifária da Escelsa.

Energia Distribuída - O total de energia elétrica distribuída pelo sistema da Escelsa (energia vendida a clientes finais, consumo próprio, energia em trânsito), no ano de 2006, foi de 8.060 GWh, o que representa um crescimento 5,5% em relação ao ano anterior.

	2006			2005		
	Clientes unidade	Volume MWh	Rec. Oper. R\$ mil	Clientes unidade	Volume MWh	Rec. Oper. R\$ mil
Fornecimento						
Residencial	827.193	1.372.831	431.222	812.000	1.321.382	366.343
Industrial	10.589	1.041.163	221.402	10.607	2.095.840	327.263
Comercial	89.921	905.023	254.627	89.047	841.917	213.181
Rural	121.679	419.309	76.624	110.018	356.333	61.431
Outros (2)	9.374	537.838	111.348	9.025	516.550	93.517
Energia Forn. Clientes Finais	1.058.756	4.276.164	1.095.223	1.030.697	5.132.022	1.061.735
Suprimento Convencional	1	336.269	36.646	1	298.950	30.668
Energia em Trânsito	24	3.437.610	238.383	25	2.198.050	150.146
Consumo Próprio	134	9.644	-	145	10.138	-
Total Energia Distribuída	1.058.915	8.059.687	1.370.252	1.030.868	7.639.160	1.242.549
Fornecimento não faturado (3)	-	-	16.082	-	-	54.678
Outras Receitas (-) Deduções à Receita Operacional	-	-	(148.847)	-	-	(105.053)
Receita Operacional Líquida	1.058.915	8.059.687	1.281.225	1.030.868	7.639.160	1.223.333

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Notas:

(1) Dados em R\$ referem-se à Receita sem ICMS, sem RTE, sem consumo próprio, sem ECE/EAE e com baixa renda.

(2) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público

(3) Fornecimento Não Faturado inclui ajustes regulatórios à receita.

O total de energia elétrica vendida aos consumidores finais em 2006 atingiu o montante de 4.276 GWh, apresentando um decréscimo de 16,7% em relação ao ano anterior, devido à migração de clientes cativos para o mercado livre na classe industrial. A evolução da energia vendida por classe de consumo pode ser visualizada a seguir:

- Classe residencial: o aumento de consumo foi de 3,9%, reflexo do forte crescimento de 2006, do aumento de 1,9% no número de clientes e do aquecimento da economia local.
- Classe industrial: destaca-se pela redução no volume de energia vendida, cuja participação no total de energia vendida a clientes finais caiu de 40,8%, em 2005, para 24,3% em 2006. O decréscimo está associado à migração de clientes cativos para o mercado livre. Não fosse essa migração, as vendas de energia na classe industrial teriam crescido 7,8%.
- Classe comercial: apresentou um crescimento acumulado de 7,5%, influenciado pelo aquecimento da atividade econômica, notadamente nos setores de comércio varejista e atacadista e serviços de transporte.
- Classe rural: apresentou crescimento de 17,7%, resultado do aumento do número de clientes em 10,6% e do baixo índice pluviométrico (levou ao aumento da irrigação) registrado no primeiro e terceiro trimestres de 2006 no norte do Estado.
- Demais classes: juntas, apresentaram crescimento de 4,1% em 2006. Contribuíram o crescimento do consumo das classes Poder Público com elevação de 7,7% e Serviço Público com aumento de 4,7%.

O transporte de energia aos clientes livres teve aumento significativo de 56,4%, passando de 2.198 GWh para 3.438 GWh, em 2006.

Com relação ao número de clientes faturados (mercado cativo com consumo próprio e uso da rede) a Companhia encerrou o ano de 2006 com 1.058.915 clientes, representando um crescimento de 2,7% sobre o ano anterior. A classe com maior aumento do número de clientes foi a Rural (10,6%), em virtude do Programa Luz para Todos.

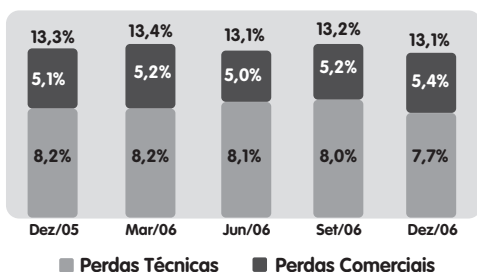
Perdas Técnicas e Comerciais

O índice de perdas totais, que engloba perdas técnicas e as perdas comerciais, passou de 13,3%, em 2005, para 13,1%, em 2006.

As perdas técnicas reduziram-se de 8,2% em dezembro/2005 para 7,7% ao final de 2006. O fator preponderante, para a redução das perdas técnicas em 2006, foi a entrada em operação da subestação Viana 345/138 kV, na região sul da Grande Vitória ao final de 2005. Contribuíram, também, os investimentos nas subestações Pinheiros e Linhares no norte do Estado, a entrada em operação da 4ª máquina da Usina Hidroelétrica Mascarenhas, com 49,5 MW e as condições hidrológicas mais favoráveis no último trimestre do ano traduzidas em maior geração hidráulica nas usinas conectadas ao sistema de distribuição da Escelsa.

A Escelsa desenvolveu um vigoroso programa de combate às fraudes com a realização de 323.798 inspeções de campo e retirada de 170.619 ligações clandestinas, além de investimentos em tecnologias de medição e de proteção de rede, com uma recuperação de 47,4 GWh. Apesar do programa executado ter sido superior ao de 2005 (elevação do número de inspeções em 25,2% e de retirada de ligações clandestinas em 19,5%), o índice de perdas comerciais da Escelsa cresceu em 2006, partindo de 5,1% em dez/2005, para 5,2% em março, 5,0% em junho, 5,2% em setembro e 5,4% ao final do ano de 2006.

Perdas Técnicas e Comerciais



ATIVIDADE COMERCIAL

Relacionamento com Clientes

O relacionamento com clientes mereceu atenção especial em 2006, com a implantação dos projetos de ampliação e reforma das agências de atendimento, de Baixa de Conta em Tempo Real e aumento da quantidade de unidades consumidoras abrangidas pela Leitura e Entrega Simultânea.

Foram implantadas 13 novas agências, totalizando 46 na área de concessão da Escelsa.

Em 2006, a Companhia adequou os procedimentos operacionais das Agências de Atendimento, destacando-se a implantação da geração de protocolo para todos os atendimentos, incluindo a prestação de informações comerciais.

O projeto de Baixa de Conta em Tempo Real tem o objetivo de eliminar pagamentos em duplicidade, reduzir prazos para baixas provisórias, evitar cortes indevidos, agilizar pedidos de religação de unidades consumidoras e melhorar o controle da arrecadação nos agentes alternativos. O sistema foi implantado em 177 agentes arrecadadores alternativos e em dezembro, foram recebidos nessa modalidade, 40% do volume das contas arrecadadas, o que corresponde a 61% das contas arrecadadas pela Rede Pague Fácil.

O projeto de Leitura e Entrega Simultânea visa a otimizar o ciclo comercial leitura-emissão-entrega de contas de energia. Com este novo sistema, a emissão das contas de energia é realizada em campo, imediatamente após a tomada da leitura do medidor. Este projeto foi implantado em toda a área de concessão da Escelsa, abrangendo aproximadamente 80% (831 mil) dos clientes.

Em 2006, a Escelsa implementou o atendimento no "call center" do cliente de média e alta tensão por meio de uma linha 0800, recebendo ligações gratuitas de qualquer local do país.

A página da Escelsa na Internet foi modernizada e o acesso à Agência Virtual, onde os serviços comerciais são disponibilizados para auto-atendimento, foi simplificado, reduzindo a necessidade de navegação entre as telas e permitindo um aumento mensal de acessos de 29 mil para 37 mil, e número de serviços gerados de 53 mil para 65 mil.

O Seguro Proteção em Conta, que tem a finalidade de contribuir para a redução da inadimplência premiando os clientes adimplentes, atingiu, no final do exercício, 67.197 clientes residenciais, tendo liquidado 273 sinistros, no valor de R\$ 132 mil, e premiado 11 clientes, no valor de R\$ 55 mil.

A Escelsa também dedicou atenção especial para o atendimento aos Órgãos de Defesa do Consumidor, com o desenvolvimento de um programa de treinamento de seus atendentes, instalação de linhas telefônicas dedicadas, e atendentes da Escelsa com dedicação exclusiva, para sanar os problemas demandados por aqueles Órgãos.

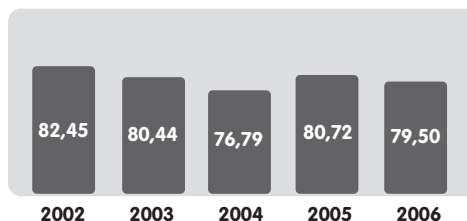
O pagamento das contas de energia elétrica sem a necessidade de emissão de 2ª via da conta, foi outra melhoria disponibilizada em 2006 para os clientes da Escelsa. Com esta funcionalidade, os clientes podem se deslocar para qualquer um dos agentes arrecadadores, e mediante o fornecimento do nº do código do cliente, o agente arrecadador acessa o sistema, identifica os débitos pendentes, recebe o pagamento e emite o comprovante. O projeto foi implantado em 230 agentes arrecadadores, representando 59% do total de agentes.

Índice de Satisfação de Clientes

A Escelsa vem acompanhando de forma sistematizada, desde 1996, a opinião de seus clientes sobre a qualidade do fornecimento de energia elétrica e dos serviços prestados. A pesquisa é feita pelo Instituto Futura, instituição com sede em Vitória-ES, e que goza de ampla credibilidade na sociedade capixaba.

Os resultados dessa pesquisa possibilitam a reavaliação dos processos buscando a conciliação dos interesses da Escelsa com os dos seus clientes, com o objetivo de melhorar o índice de satisfação do cliente, que, em 2006, teve uma pequena queda, 79,50%, ante 80,72%, em 2005.

Ótima + Boa



Em outros quesitos pesquisados, valem ser destacadas as evoluções em 2006, em relação a 2005:

- índice de aprovação do cliente: passou de 72,83% para 74,40%;
- a Escelsa é uma empresa séria: passou de 81,29% para 83,07%;
- a Escelsa é uma empresa moderna: passou de 69,07% para 73,79%;
- a Escelsa é uma empresa que tem qualidade de serviço: passou de 72,36% para 75,93%.

PROGRAMA LUZ PARA TODOS

Conforme Termo de Compromisso celebrado entre o Ministério das Minas e Energia, a Escelsa e o Estado do Espírito Santo, com a intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, a participação financeira dos agentes, estabelecida neste Termo de Compromisso, é: 10% de Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, a título de subvenção econômica; 65% de financiamento da RGR; 15% de capital próprio da empresa e 10% de participação do Governo do Estado do Espírito Santo, também como subvenção.

Foram investidos em 2004 e 2005 R\$ 65,0 milhões, entre atendimento de 11.218 ligações no âmbito do Programa Luz para Todos e de outros clientes rurais não enquadráveis no Programa.

Em 2006, o Programa Luz para Todos realizou 11.908 ligações e foram investidos R\$ 52,6 milhões. No período 2004-2006, a Escelsa realizou um total de 23.126 ligações no âmbito do Luz para Todos, tendo cumprido plenamente a meta de 23.052 ligações acordadas com o MME e Aneel.

INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2006 tiveram um crescimento de 18,0% em relação ao ano anterior, o que demonstra o comprometimento da Escelsa com o desenvolvimento econômico-social do Estado do Espírito Santo.

	2006	2005	Var.%
Expansão de Rede	42.861	36.584	17,2%
Melhoramento da Rede	28.768	22.620	27,2%
Universalização (Rural + Urbana)	58.842	46.891	25,5%
Telecom, Informática e Outros*	60.862	56.056	8,6%
Total	191.333	162.151	18,0%

* Em 2005, inclui R\$ 22.709 mil de Geração.

Expansão do Sistema Elétrico

Para atendimento da demanda do mercado com níveis de qualidade exigidos pela legislação, foram investidos R\$ 42,9 milhões na expansão e adequação das redes elétricas, na ligação de novos clientes e na instalação de sistemas de medição.

Para atender à demanda da região norte foram feitos investimentos em linhas de distribuição e está em fase de conclusão a instalação do transformador de força na subestação Paulista, além de banco de capacitores na subestação Barra do Sahy. Além disso, já foi concluída a instalação do segundo transformador da subestação Santa Maria de Jetibá e no sul entraram em operação o transformador da subestação Iúna e o terceiro circuito Guarapari - Muquiçaba. Estas obras também contribuíram para elevar o nível de qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica ao crescente mercado do Estado.

Melhoramento de Redes

Os principais investimentos em melhoramento de redes totalizaram R\$ 28,8 milhões e se constituíram principalmente de substituição de equipamentos, bays e recondução de redes em final de vida útil, representando modernização e o reestabelecimento de condições de fornecimento de energia elétrica. A Escelsa adquiriu ainda equipamentos para tratamento de SF6 e tratamento de óleo, focando na melhoria da performance da manutenção e preservação do meio ambiente. Além disso, realizou a automação de duas subestações e aquisição do 2º transformador móvel, objetivando reduzir tempo de atendimento em casos de emergência.

Telecomunicações, Informática e Outros

Destacam-se os investimentos na unificação de sistemas com as demais empresas do Grupo, que suportarão os processos de finanças, controle, manutenção de equipamentos, suprimentos, projetos e recursos humanos, numa nova versão do SAP implantada em janeiro; no Geoprocessamento (SIT) que dará uma solução única aos processos técnicos na alta, média e baixa tensão; no sistema da área comercial do SAP, com a contratação de licenciamento e cujo desenvolvimento iniciado em 2006 e será finalizado em 2007, e na integração da rede de dados da Escelsa às redes da Bandeirante e da EDP - Energias do Brasil, iniciada em 2006 e que será concluída em 2007.

Adicionalmente, destaca-se o investimento em adequação de medição e rede para inibição de furto de energia. Este projeto consiste na modificação do sistema de medição de faturamento, externalizando os medidores de energia elétrica instalados, dificultando fraudes e ligações clandestinas.

INDICADORES DE PERFORMANCE

Os indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica da Escelsa apresentaram melhorias significativas, resultado da conjugação de melhores procedimentos de gestão diária, de investimentos, condições climáticas favoráveis e do programa de manutenção.

	Medidas	2002	2003	2004	2005	2006
DEC	horas	14,51	10,73	11,48	11,83	8,30
FEC	vezes	10,95	8,80	9,68	8,66	6,34
TMA	minutos	112	118	148	139	119
Perdas Totais	%	11,3	12,2	13,0	13,3	13,1

DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Cliente (horas - média cliente/ano)

FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente (vezes - média cliente/ano)

TMA - Tempo Médio de Atendimento (minutos)

O DEC foi reduzido de 11,83 horas, em 2005, para 8,30 horas, no ano de 2006, representando uma melhoria no desempenho do atendimento técnico da Escelsa em 29,8% em relação ao ano anterior.

O FEC também registrou uma melhoria significativa, passando de 8,66 interrupções por consumidor/ano, em 2005, para 6,34 interrupções por consumidor/ano, em 2006, representando uma melhoria no desempenho do sistema elétrico da Escelsa de 26,8% em relação ao ano anterior.

Os valores registrados para o DEC e o FEC da Escelsa no ano de 2006 representam o melhor resultado histórico da empresa em termos de qualidade do serviço. Vale também ressaltar que nenhum dos conjuntos elétricos violou as metas acordadas com a Aneel.

O Tempo Médio de Atendimento foi reduzido de 139 minutos, em 2005, para 119 minutos, no ano de 2006, representando uma melhoria no atendimento da Escelsa de 14,4% em relação ao ano anterior.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	R\$ mil		
	2006	2005	Var.%
Receita Operacional Bruta	1.861.548	1.761.322	5,7%
(-) Deduções à Receita Operacional	580.323	537.989	7,9%
(=) Receita Operacional Líquida	1.281.225	1.223.333	4,7%
(-) Despesas Operacionais:	1.078.078	1.046.651	3,0%
Gerenciáveis	291.427	233.809	24,6%
Pessoal e Adm./Entidades de Previdência Privada	103.682	77.598	33,6%
Material	10.724	10.337	3,7%
Serviços de Terceiros	75.933	63.872	18,9%
Depreciação e Amortização	70.775	66.737	6,1%
Provisão p/ Créd. Liq. Duvidosa/Perdas Líquidas	9.086	8.810	3,1%
Provisões para Contingências	3.241	-	-
Aluguéis e Arrendamentos	1.387	3.608	-61,6%
Outras	16.599	2.847	483,0%
Não Gerenciáveis	786.651	812.842	-3,2%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	450.067	507.528	-11,3%
Encargo de Uso do Sist. de Transm. e Distribuição	158.051	153.682	2,8%
Encargos Setoriais (CCC, CDE e Fiscalização)	164.076	145.488	12,8%
Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	14.105	4.977	183,4%
Compensação Financeira	352	1.167	-69,8%
(=) Resultado do Serviço	203.147	176.682	15,0%
Margem do EBIT - %	15,86	14,44	1,4 p.p.
EBITDA	273.922	243.419	12,5%
Margem do EBITDA - %	21,38	19,90	1,5 p.p.

A Receita Operacional Líquida atingiu o montante de R\$ 1.281,2 milhões em 2006, valor 4,7% superior à receita de R\$ 1.223,3 milhões obtida em 2005. O incremento verificado de R\$ 57,9 milhões é proveniente principalmente, do aumento de R\$ 33,5 milhões na receita de fornecimento de energia elétrica, da elevação de R\$ 88,2 milhões na receita de uso do sistema de distribuição faturada aos clientes que se tornaram livres e da redução de outras receitas e deduções de R\$ 63,8 milhões.

A receita líquida de fornecimento a consumidores cativos apresentou um crescimento de 3,2% em 2006, atingindo R\$ 1.095,2 milhões. Esta variação reflete a redução de 16,7% do mercado, devido a migração de clientes cativos para o mercado livre, e os efeitos do reajuste médio de 16,7% para as tarifas autorizado pela Aneel, a partir de 07 de agosto de 2006.

No ano de 2006, a receita de Uso do Sistema de Distribuição totalizou R\$ 238,4 milhões (R\$ 150,1 milhões registradas em 2005), apresentando um crescimento de 58,8% em função da migração de clientes cativos para a condição de clientes livres.

As Outras Receitas/Despesas, negativas em R\$ 63,8 milhões em 2006, foram inferiores aos valores de 2005, em função dos registros dos ajustes das revisões tarifárias de 2001 e de 2004, bem como da cobertura tarifária plena das despesas com Pis/Cofins, em 2006.

Os Gastos Operacionais de 2006 foram de R\$ 1.078,1 milhões, superiores em 3,0% aos verificados no ano de 2005.

Os gastos operacionais gerenciáveis da Escelsa, compreendendo os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas, foram de R\$ 291,4 milhões em 2006, 24,6% superiores aos do ano de 2005.

O crescimento verificado nas despesas com Pessoal decorreu principalmente do efeito do registro, em 2006 de provisão para o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, programa que está inserido no âmbito do projeto Vanguarda do Grupo Energias do Brasil.

A rubrica Serviços de Terceiros cresceu 18,9% em 2006 em decorrência dos aumentos de custos: **i)** nas atividades ligadas à rede elétrica - em função da adequação às novas exigências da Norma Regulamentadora - NR 10, bem como na ampliação dos serviços de manutenção na rede elétrica visando a atingir os índices de continuidade definidos para a Aneel; **ii)** na ampliação dos serviços de combate as perdas comerciais, e **iii)** em outras atividades comerciais - em 2006, a empresa concluiu a implantação da área urbana de sua área da concessão o projeto de leitura, emissão e entrega simultânea das contas de energias para as unidades consumidoras ligadas em baixa tensão.

Os gastos operacionais não gerenciáveis correspondem aos custos com energia comprada, encargos setoriais e de transmissão, cuja cobertura tarifária é assegurada pelo Regulador através dos reajustes tarifários e mecanismo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA. Os gastos não gerenciáveis totalizaram R\$ 786,7 milhões, em 2006, resultando em uma redução de 3,2% em relação ao ano anterior.

O Resultado do Serviço de Energia Elétrica (EBIT) em 2006 totalizou R\$ 203,1 milhões, superior em 15,0% ao obtido no ano anterior. Este desempenho proporcionou uma elevação da margem do EBIT de 14,4%, em 2005, para 15,9%, em 2006.

Já o EBITDA de 2006, de R\$ 273,9 milhões, foi superior em 12,5% ao praticado em 2005, proporcionando a elevação da margem do EBITDA de 19,9%, em 2005, para 21,4%, em 2006.

O Resultado Financeiro de 2006, R\$ 64,7 milhões negativos, apresentou uma variação positiva de R\$ 9,0 milhões em relação ao do ano anterior, onde se destacam: **i)** reversão de provisões e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 33,4 milhões em função de trânsito em julgado com sentença favorável à Companhia na ação de contestação do alargamento da base do Pis e Cofins; **ii)** acréscimo de provisões dos juros SELIC sobre a RTE de R\$ 31,3 milhões, em função da expectativa de sua não recuperação no prazo fixado pela Aneel, e **iii)** redução da despesa de juros sobre capital próprio contabilizado no exercício, inferior em R\$ 7,8 milhões à registrada em 2005.

A Escelsa apresentou um Lucro Líquido em 2006 de R\$ 139,6 milhões (R\$ 155,2 milhões em 2005), inferior em 10,0% ao lucro auferido no exercício anterior. Destaca-se que, no exercício de 2005, o resultado foi impactado positivamente em R\$ 80,0 milhões pelo resultado de equivalência patrimonial, no período em que a Companhia ainda estava verticalizada.

	R\$ mil		
	2006	2005	Var.%
Endividamento			
Curto Prazo	394.109	233.818	68,6%
Longo Prazo	313.406	373.213	-16,0%
Dívida Bancária (*)	707.515	607.031	16,6%
(-) Disponibilidades	161.810	142.898	13,2%
(=) Dívida Bancária Líquida	545.705	464.133	17,6%
(-) Ativo Regulatório Líquido	228.894	206.612	10,8%
(=) Dívida Líquida	316.811	257.521	23,0%

(*) Empr. e financiamentos + Dívida com Controladora + Encargos + Operações de "Swap"
Em 31 de dezembro de 2006, a Escelsa apresentou uma dívida bancária de R\$ 707,5 milhões, superior em 16,6% ao saldo da dívida de dezembro do ano anterior. A elevação do endividamento deve-se, basicamente, à captação de R\$ 264,0 milhões de debêntures no exercício de 2006, com quitação da dívida de curto prazo para giro.

Do total da dívida bancária existente em dezembro de 2006, 42,1% refere-se às *Sênior Notes* contratadas em moeda estrangeira, cobertas por operações de swap, mitigando o risco cambial. Os 57,9% da dívida contratada em moeda nacional, R\$ 409,3 milhões, estavam compostos por R\$ 266,6 milhões referentes ao saldo das debêntures, R\$ 100,0 milhões de financiamentos junto ao BNDES e R\$ 42,7 milhões junto à Eletrobrás.

O saldo dos Ativos Regulatórios, R\$ 228,9 milhões em 2006, foi 10,8% superior ao do exercício anterior em função principalmente da elevação do saldo diferido da Conta de Compensação de Valores da Parcela A - CVA vinculado aos custos da energia comprada e encargos de transmissão.

Em 31 de dezembro de 2006, a dívida líquida da Escelsa representava 1,2 vez o EBITDA de 12 meses (1,1 vez em dezembro de 2005).

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Eficiência Energética

As atividades de eficiência energética implementadas pela Escelsa em 2006 caracterizaram-se pela realização de cinco projetos no âmbito do seu Programa de Eficiência Energética, aprovados pela Aneel para o ciclo 2004/2005. Entre esses projetos, destaca-se o Projeto "Comunidade Eficiente", que visou a aumentar a eficiência energética em seis bairros-alvos da Grande Vitória, promovendo, em parceria com a comunidade carente, ações de cunho educativo para o uso eficiente e seguro da energia elétrica pelas crianças e pelos adultos, de forma a garantir, pela ação integrada, o compromisso com o resultado.

Destaca-se ainda a conquista, do Prêmio Procel 2006, como a melhor empresa no segmento de médio porte, por seu projeto de eficiência energética realizado no Shopping Vitória, onde obteve uma redução de energia de 986,13 MWh/ano e demanda evitada de 267 kW. O prêmio é concedido pelo Ministério de Minas e Energia por reconhecimento público ao empenho e aos resultados obtidos pelos diversos agentes que atuam no combate ao desperdício de energia.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Em 2006, o total aplicado em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 2,4 milhões, despendidos nos seguintes projetos:

1 - Investimento em Distribuição considerando Risco Regulatório; 2 - Detector de desvio de energia para redes de média tensão - 2º ciclo; 3 - Desenvolvimento e implantação de medição através de cartão energia - 2º ciclo; 4 - Fluxo de Carga Inteligente para apoio à tomada de decisão na operação de redes de distribuição - 2º ciclo; 5 - Inter-relação entre geração de energia elétrica, aporte sólido e assoreamento em reservatórios - Estudo do caso da PCH Alegre; 6 - Desenvolvimento de sistema para estudo e análise de proteção dos sistemas elétricos; 7 - Otimização de Dispositivos de Proteção Instalados na rede de 15kV - 1º ciclo; 8 - Desenvolvimento e validação de alternativas para proteção contra descargas atmosféricas em circuitos localizados em regiões de elevada incidência - proposto inicialmente no ciclo 03/04 e aprovado efetivamente no ciclo 04/05 - 1º ciclo; 9 - Nova técnica para localizar defeitos em sistema de distribuição - 1º ciclo; 10 - Desenvolvimento de sistema de monitoramento de tempestades a partir de dados integrados de descargas atmosféricas e ventos na área de concessão da Escelsa - 1º ciclo; 11 - Tarifa de uso do sistema de distribuição em função da forma de utilização da rede - 1º ciclo; 12 - Ferramenta inteligência para auxílio no planejamento de sistemas elétricos - 1º ciclo.

RECURSOS HUMANOS

Quadro de Colaboradores

O quadro de pessoal próprio da Escelsa, no encerramento de 2006, era de 999 colaboradores, 13,7% inferior ao de 2005.

A Companhia continua evoluindo na relação clientes por empregado. Ao final de 2005, esta relação era de 890 clientes por empregado. Em 2006, este índice atingiu 1.060 clientes por empregado, apresentando uma evolução de 19,10%.

Como forma de adequação ao modelo de negócios introduzido pelo marco regulatório no ano de 2004, tornou-se necessária a redefinição da estrutura e dos processos da Escelsa, e, por conseguinte a adequação do quadro de colaboradores à nova realidade. Para tanto, a Escelsa instituiu um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, que além do incentivo financeiro, estruturou um núcleo de atendimento e recolocação para auxiliar os colaboradores no processo de transição profissional.

Os colaboradores estão distribuídos geograficamente da seguinte forma: 173 na região norte, 682 no centro e 144 na região sul. Quanto à escolaridade dos colaboradores, 59 colaboradores possuem até o ensino fundamental, 570 têm o ensino médio, 292 são graduados no ensino superior e 78 têm formação com pós-graduação e mestrado.

Programa de Benefícios

A Companhia dispõe de um amplo programa de benefícios para seus colaboradores e dependentes, tais como: previdência privada, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio transporte, complementação auxílio doença/acidente, auxílio medicamento, com reembolso de 80% do gasto para os casos de doenças crônicas, auxílio creche e incentivo à educação de graduação em ensino superior.

Também são alvo do Programa, ex-colaboradores aposentados, que recebem da Escelsa contribuição mensal de R\$ 220,00 para a manutenção de despesas com saúde.

Capacitação e Desenvolvimento

Em 2006 foram realizados 357 eventos de treinamento na Escelsa que contaram com 4.823 participantes, representando 155.586 horas de treinamento, equivalente a 140,93 horas de treinamento por colaborador.

Em 2006, a Escelsa atuou na formação de mão-de-obra na comunidade em que está inserida, estruturando três projetos em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem - SENAI. Os referidos projetos envolveram a construção, manutenção, operação e comercialização de energia elétrica; formação de electricistas de rede de distribuição; e o treinamento de atendentes comerciais.

Segurança e Saúde no Trabalho

A Escelsa possui um Sistema de Gestão de Segurança, que atua na prevenção de acidentes, aplicando a filosofia de antecipação de riscos e construção de parcerias com os gestores da Companhia e contratados, dando ênfase à capacitação e ao desenvolvimento de ações preventivas que possibilitem a conscientização da importância de medidas preventivas de todos os que executam atividades diretas ou indiretamente no SEP - Sistema Elétrico de Potência da Escelsa.

O Sistema de Gestão de Segurança é dividido em três programas interfuncionais:

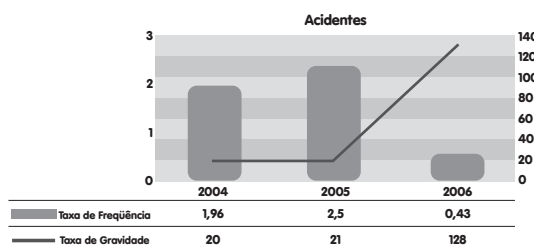
- PSE - Programa de Segurança para o Colaborador da Escelsa;
- PSP - Programa de Segurança do Trabalho para Prestadoras de Serviços;
- PSC - Prestadora de Serviços para a Comunidade.

Em 2006, a empresa implementou a Norma Regulamentadora nº 10 - NR10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Foi estruturado um programa de treinamento único para colaboradores e funcionários de empresas contratadas, permitindo que 352 colaboradores e 545 funcionários de empresas contratadas fossem treinados para adequação à norma.

O objetivo principal do Programa de Segurança da Escelsa é identificar métodos e meios para evitar e reduzir riscos de acidentes, preservando a saúde dos colaboradores e de trabalhadores das prestadoras de serviços.

Para tanto, são realizados treinamentos para nivelamento das informações entre a Escelsa e contratada, destacando-se as atualizações da legislação (principalmente da NR-10), procedimentos operacionais padrão, análise de risco, primeiros-socorros e uso correto dos equipamentos de proteção individuais e coletivos. No ano, foram realizadas 109 palestras em 29 prestadoras de serviços, totalizando 2.115 participantes.

No ano de 2006, a Escelsa registrou uma taxa de frequência de acidentes de 0,43, abaixo do ocorrido em 2005, que foi 2,5. A taxa de gravidade foi de 128, contra 21 no ano de 2005. No setor elétrico nacional, a média para a taxa de frequência é 5,12 e para a taxa de gravidade, é de 759.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Responsabilidade Social

A Escelsa realizou 12 palestras nas comunidades, levando à população informações sobre cuidados com energia elétrica e atingindo diretamente 387 pessoas.

Uma ampla campanha orientando a população sobre o uso correto e seguro da energia elétrica foi realizada no Estado do Espírito Santo, abordando o uso adequado de eletrodomésticos e sistema elétrico.

A Escelsa colaborou com o Projeto Iluminar em parceria com o IASES - Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do ES, que tem como objetivo principal dar oportunidade de recuperação e de reinserção social a menores em situação de risco social. Com a ajuda da empresa foram desenvolvidas atividades voltadas à educação, saúde, cursos profissionalizantes e lazer de menores infratores. Os recursos de incentivos fiscais, no valor de R\$ 275 mil, foram direcionados e repassados ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Criad), dentro do Fundo da Infância e da Adolescência, a quem caberá administrar sua destinação.

Desde 1998, a Companhia mantém parceria com a Aces - Ação Comunitária do Espírito Santo, com uma oficina de iniciação profissional de instalações elétricas residencial e predial para jovens de comunidades carentes, tendo sido formados, nesses nove anos, 904 alunos, 134 dos quais em 2006.

Outro projeto da Aces que recebe apoio da Escelsa, através da Lei Rouanet, é o Pequenos Talentos, que coloca crianças e adolescentes carentes em contato com o balé clássico e contemporâneo, possibilitando até sua profissionalização. Em 2006, o projeto ampliou sua área de atuação e beneficiou 300 alunos.

Para comemorar o aniversário da Escelsa, foi desenvolvida uma campanha, com a participação de 9 equipes formadas por colaboradores de todas as regiões de atuação da empresa, denominada "Gincana Escelsa 38 anos - Multiplicar o Pão". Em duas semanas foram coletadas mais de 11 mil unidades entre cobertores, colchões, colchonetes, roupas de cama, banho e de uso adulto e infantil e mais de 30 toneladas de alimentos. Como estímulo à solidariedade demonstrada pelos colaboradores a Escelsa doou a mesma quantidade de alimentos coletados. Foram beneficiadas 50 entidades beneficentes de todo o Estado, escolhidas pelos colaboradores.

Meio Ambiente e Sustentabilidade

A Escelsa cumpriu todas as fases do licenciamento ambiental para os novos empreendimentos - Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação e Licença Simplificada - a partir da

elaboração de Relatórios de Controle Ambiental (RCA), adequados a cada caso e às exigências dos órgãos ambientais, sendo licenciadas oito linhas de distribuição das quais cinco são de novos empreendimentos.

Foram realizadas campanhas de conscientização ambiental junto aos colaboradores, como: **a)** a comemoração do Dia Mundial da Água (22 de março), com o intuito de divulgar a importância do uso racional da água; **b)** a comemoração da Semana Mundial de Meio Ambiente (4 a 10 de junho de 2006), que expressa a necessidade de incorporação da prática dos 3 R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar); e; **c)** a comemoração do Dia da Árvore (21 de setembro), com a distribuição de 1.500 mudas de espécies nativas para os colaboradores da empresa.

Reconhecimentos Externos

Reconhecimentos externos atestam que a Escelsa tem pautado suas ações por princípios de sustentabilidade referidos. Os reconhecimentos de 2006 foram:

- pela adoção dos critérios de excelência na gestão da organização, a empresa recebeu diploma e troféu na categoria prata do Prêmio Qualidade Espírito Santo (PQES) pela adoção dos critérios de excelência na gestão da organização. O Prêmio Qualidade ES é parte integrante do Prêmio Nacional da Qualidade com a assessoria da Fundação de Apoio à Gestão, Ciência e Tecnologia. Este é o segundo ano consecutivo que a Escelsa é premiada por seu desempenho na excelência da gestão da organização;
- na avaliação do prêmio Abradee - Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia, a Escelsa foi reconhecida como a quarta melhor empresa da região sudeste em Qualidade da Gestão e a sexta melhor do País, na categoria empresas de distribuição de energia elétrica com mais de 400 mil clientes, dentre aquelas que concorreram ao prêmio;
- conquistou o Prêmio Procel 2006, como a primeira melhor empresa no segmento de médio porte, por seu projeto de eficiência energética realizado no Shopping Vitória, onde obteve uma redução de energia de 986,13 MWh/ano e demanda evitada de 267 kW. O prêmio é concedido pelo Ministério de Minas e Energia por reconhecimento público ao empenho e aos resultados obtidos pelos diversos agentes de vários setores que atuam no combate ao desperdício de energia;
- pelo sétimo ano consecutivo, a Escelsa foi reconhecida e certificada como Empresa Amiga da Criança pela Fundação Abrinq. É uma certificação que reconhece a preocupação da Companhia em cumprir o seu papel social e participar do desenvolvimento das gerações futuras;
- a Escelsa classificou-se na sexta posição entre as maiores empresas do Estado do Espírito Santo, em trabalho promovido pela Federação das Indústrias do Espírito Santo e publicado em revista daquela instituição, denominada 200 Maiores Empresas do ES.

BALANÇO SOCIAL (1)

Empresa: Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA

1 - Base de Cálculo

Receita Líquida (RL)

Resultado Operacional (RO)

Folha de Pagamento Bruta (FPB)

2 - Indicadores Sociais Internos

Alimentação

Encargos Sociais Compulsórios

Previdência privada

Saúde

Segurança e Saúde no Trabalho

Educação

Cultura

Capacitação e Desenvolvimento Profissional

Creches ou Auxílio-Creche

Participação nos Lucros ou Resultados

Programa de Desligamento Voluntário - PDV

Outros

Total - Indicadores Sociais Internos

3 - Indicadores Sociais Externos

Educação

Cultura

Saúde e Saneamento

Esporte

Combate à Fome e Segurança Alimentar

Outros

Total das Contribuições para a Sociedade

Tributos (excluídos Encargos Sociais)

Total - Indicadores Sociais Externos

4 - Indicadores Ambientais

Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa

Investimentos em programas e/ou projetos externos

Total dos Investimentos em Meio Ambiente

Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

5 - Indicadores do Corpo Funcional

Nº de Empregados(as) ao Final do Período

Nº de Admissões Durante o Período

Nº de Empregados(as) Terceirizados(as)

Nº de Estagiários(as)

Nº de Empregados(as) Acima de 45 Anos

Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa

% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres

Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa

% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as)

Nº de Portadores(as) de Deficiência ou Necessidades Especiais

6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa

Número Total de acidentes de trabalho

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos

_____ pela empresa foram definidos por:

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:

Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação

_____ interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:

A previdência privada contempla:

A participação dos lucros ou resultados contempla:

Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e

_____ ambiental adotados pela empresa:

Quando à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:

Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):

% de reclamações e críticas solucionadas:

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):

Distribuição do Valor Adicionado (DVA):

	2006 Valor (Mil reais)			2005 Valor (Mil reais)		
	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Receita Líquida (RL)	1.281.225			1.223.333		
Resultado Operacional (RO)	138.440			183.050		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	74.460			79.963		
2 - Indicadores Sociais Internos						
Alimentação	5.083	6,83	0,40	4.371	5,47	0,36
Encargos Sociais Compulsórios	21.739	29,20	1,70	19.307	24,14	1,58
Previdência privada	3.063	4,11	0,24	3.103	3,88	0,25
Saúde	5.566	7,48	0,43	8.509	10,64	0,70
Segurança e Saúde no Trabalho	515	0,69	0,04	212	0,27	0,02
Educação	-	-	-	357	0,45	0,03
Cultura	-	-	-	18	0,02	-
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	1.531	2,06	0,12	646	0,81	0,05
Creches ou Auxílio-Creche	153	0,21	0,01	72	0,09	0,01
Participação nos Lucros ou Resultados	4.404	5,91	0,34	6.613	8,27	0,54
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	17.705	23,78	1,38	-	-	-
Outros	1.695	2,28	0,13	-	-	-
Total - Indicadores Sociais Internos	61.454	82,53	4,80	44.933	56,19	3,67
3 - Indicadores Sociais Externos						
Educação	223	0,16	0,02	220	0,12	0,02
Cultura	639	0,46	0,05	1.607	0,88	0,13
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	8	0,01	-	-	-	-
Combate à Fome e Segurança Alimentar	-	-	-	-	-	-
Outros	151	0,11	0,01	-	-	-
Total das Contribuições para a Sociedade	1.021	0,74	0,08	1.827	1,00	0,15
Tributos (excluídos Encargos Sociais)	777.683	561,75	60,70	805.599	440,10	65,85
Total - Indicadores Sociais Externos	778.704	562,48	60,78	807.426	441,10	66,00
4 - Indicadores Ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	8.037	5,81%	0,63%	-	-	-
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	8.037	5,81%	0,63%	-	-	-
Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 76 a 100%	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 76 a 100%
() cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de Empregados(as) ao Final do Período	999			1.158		
Nº de Admissões Durante o Período	26			18		
Nº de Empregados(as) Terceirizados(as)	2.062			2.410		
Nº de Estagiários(as)	99			34		
Nº de Empregados(as) Acima de 45 Anos	408			505		
Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa	224			257		
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	7,50%			5,55%		
Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa	27			-		
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as)	-			-		
Nº de Portadores(as) de Deficiência ou Necessidades Especiais	49			59		
6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	45,46			45,46		
Número Total de acidentes de trabalho	1			-		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos _____ pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() direção e gerência	(X) direção e gerências	() todos os empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerência	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) empregados(as) + Cipa	() direção e gerência	() todos(as) empregados(as) + Cipa	(X) todos(as) empregados(as)
Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação _____ interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e _____ ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(X) são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	(X) serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quando à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 70.783	No Procon 232	Na Justiça 797	na empresa 67.244	No Procon 220	Na Justiça 739
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa 100%	No Procon 100%	Na Justiça 22,72%	na empresa 100%	No Procon 100%	Na Justiça 10%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2006: 1.115.982	Em 2005: 1.159.264				
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	71,01% governo	7,97% colab-radores(as)	8,51% terceiros	70,77% governo	6,17% colab-radores(as)	9,67% terceiros
	4,07% acionista		8,44% retido	12,05% acionistas		1,34% retido

7 - Outras Informações:

Obs.: Os valores da DVA de 2005 foram reclassificados em virtude da inclusão do FNDCT em Impostos, taxas e contribuições.

AUDITORIA EXTERNA

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam auditoria externa, a Escelsa informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2006, pelos auditores independentes foram os relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

A Diretoria da Escelsa registra agradecimentos à sua acionista e membros do Conselho de Administração pelo apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos colaboradores na intensa participação de inúmeros projetos rotineiros e não rotineiros que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento da missão da Escelsa.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota nº	2006	2005	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota nº	2006	2005
Circulante				Circulante			
Disponibilidades		161.810	36.254	Fornecedores	15	151.243	130.269
Títulos e valores mobiliários	5		106.644	Encargos de dívidas	17	11.250	16.708
Consumidores e concessionárias	6	277.434	273.702	Impostos e contribuições sociais	9	77.553	98.971
Impostos e contribuições sociais	9	47.700	22.982	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	10	54.498	3.431
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	10	59.031	19.647	Dividendos		38.647	131.769
Estoques		2.957	1.682	Debêntures	16	2.577	
Cauções e depósitos vinculados	12	1.172	280	Empréstimos e financiamentos	17	380.282	217.110
Despesas pagas antecipadamente	8	120.396	30.026	Benefícios pós-emprego	18	5.399	3.447
Outros créditos	13	35.705	25.690	Devolução tarifária	19		4.879
		<u>706.205</u>	<u>516.907</u>	Obrigações estimadas com pessoal	20	20.674	13.153
				Encargos regulamentares e setoriais	21	52.869	27.333
				Outras contas a pagar	13	19.496	25.823
						<u>814.488</u>	<u>672.893</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	4.421	28.802	Fornecedores	15		5.765
Impostos e contribuições sociais	9	11.080	16.756	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	10		26.565
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	10	230.567	271.062	Debêntures	16	264.000	
Partes relacionadas	11	4.126	4.676	Empréstimos e financiamentos	17	49.406	373.213
Cauções e depósitos vinculados	12	109.387	79.981	Benefícios pós-emprego	18	37.021	37.803
Despesas pagas antecipadamente	8	78.331	109.134	Partes relacionadas		4.816	2.255
Outros créditos	13	7.000	11.285	Provisões para contingências	22	69.940	77.719
		<u>444.912</u>	<u>521.696</u>	Outras contas a pagar	13	78	84
						<u>425.261</u>	<u>523.404</u>
Permanente				Patrimônio Líquido	23		
Investimentos		4.982	4.982	Capital social		376.022	376.022
Imobilizado tangível	14	796.686	709.176	Reservas de capital		101.035	101.035
Imobilizado intangível	14	60.197	52.038	Reservas de lucros		296.176	131.445
		<u>861.865</u>	<u>766.196</u>			<u>773.233</u>	<u>608.502</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.012.982</u>	<u>1.804.799</u>
Total do ativo		<u>2.012.982</u>	<u>1.804.799</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota nº	2006	2005
Receita operacional			
Fornecimento de energia elétrica		1.465.813	1.504.532
Suprimento de energia elétrica		36.646	30.668
Disponibilização do sistema de distribuição		315.882	195.424
Outras receitas operacionais		43.207	30.698
		<u>1.861.548</u>	<u>1.761.322</u>
Deduções da receita operacional			
Quota para reserva global de reversão		(12.602)	(11.007)
Encargo de capacidade emergencial		(483)	(27.980)
Impostos e contribuições sobre a receita		(567.238)	(499.002)
		<u>(580.323)</u>	<u>(537.989)</u>
Receita operacional líquida	24	<u>1.281.225</u>	<u>1.223.333</u>
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(450.067)	(507.528)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(158.051)	(153.682)
	25	<u>(608.118)</u>	<u>(661.210)</u>
Custo de operação			
Pessoal		(56.422)	(52.605)
Materiais e serviços de terceiros		(62.201)	(48.022)
Depreciações e amortizações		(68.206)	(51.395)
Subvenção - CCC e CDE		(161.445)	(142.984)
Taxa de fiscalização		(2.631)	(2.504)
Tributos		(414)	(214)
Outros custos de operação		(13.837)	(3.232)
	25	<u>(365.156)</u>	<u>(300.956)</u>
		<u>(973.274)</u>	<u>(962.166)</u>
Custo do serviço prestado a terceiros	25	<u>(996)</u>	<u>(4.718)</u>
Lucro operacional bruto		<u>306.955</u>	<u>256.449</u>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(17.387)	(15.906)
Despesas gerais e administrativas		(66.009)	(41.790)
Depreciações e amortizações		(2.569)	(15.342)
Outras despesas operacionais		(17.843)	(6.729)
	25	<u>(103.808)</u>	<u>(79.767)</u>
Resultado do serviço		<u>203.147</u>	<u>176.682</u>
Resultado das participações societárias			
Receitas financeiras		83.866	97.373
Despesas financeiras		(148.573)	(171.038)
Resultado financeiro	26	<u>(64.707)</u>	<u>(73.665)</u>
Lucro operacional		<u>138.440</u>	<u>183.050</u>
Receitas não operacionais		2.563	11.850
Despesas não operacionais		(4.208)	(44.700)
Resultado não operacional		<u>(1.645)</u>	<u>(32.850)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>136.795</u>	<u>150.200</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(17.416)	(108.973)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(25.160)	60.741
	28	<u>(42.576)</u>	<u>(48.232)</u>
Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio		<u>94.219</u>	<u>101.968</u>
Reversão dos juros sobre capital próprio	23	45.406	53.223
Lucro líquido do exercício		<u>139.625</u>	<u>155.191</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		<u>23,76</u>	<u>26,41</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	2006	2005
Origens de recursos		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	139.625	155.191
Ajustes de exercícios anteriores	(11.197)	(8.146)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido		
Consumidores e concessionárias	(6.706)	(17.671)
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A - atualiz. monetária	(12.847)	(6.545)
Fornecedores - Energia livre	1.938	(1.461)
Depreciações e amortizações	70.775	66.737
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	2.420	4.131
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	25.160	(89.783)
Variações monetárias e juros do passivo não circulante	(23.046)	(121.307)
Provisões para contingências	(6.202)	(13.871)
Benefícios pós-emprego	3.332	3.979
Resultado líquido de equivalência patrimonial		(80.033)
Provisão para perdas na realização de ativos - reversão		(9.089)
Outros		768
	<u>183.252</u>	<u>(117.100)</u>
De terceiros		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	300.561	14.204
Obrigações vinculadas à concessão	22.469	10.374
Transferência do ativo não circulante para o circulante	231.841	102.654
	<u>554.871</u>	<u>127.232</u>
De acionistas e das partes relacionadas		
Aumento de capital, líquido		222.075
Ágio na incorporação de sociedade controladora		35.348
Reversão de dividendos	81.709	
Partes relacionadas	2.562	1.545
Parcela do patrimônio vertido à Energest e Cesa		125.325
	<u>84.271</u>	<u>384.293</u>
Total das origens	<u>822.394</u>	<u>394.425</u>
Aplicações de recursos		
No ativo não circulante		
Cauções e depósitos vinculados a litígios	29.406	31.367
Despesas pagas antecipadamente	102.794	
Outros créditos	4.421	10.154
No permanente		
Imobilizado tangível e intangível	191.333	162.151
Passivo não circulante transferido para o circulante	401.331	165.932
Dividendos	45.406	139.693
Total das aplicações	<u>774.691</u>	<u>509.297</u>
Aumento (redução) no capital circulante líquido	<u>47.703</u>	<u>(114.872)</u>
Variação no capital circulante		
Ativo circulante		
No final do exercício	706.205	516.907
No início do exercício	516.907	523.016
	<u>189.298</u>	<u>(6.109)</u>
Passivo circulante		
No final do exercício	814.488	672.893
No início do exercício	672.893	564.130
	<u>141.595</u>	<u>108.763</u>
Aumento (redução) no capital circulante líquido	<u>47.703</u>	<u>(114.872)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota nº	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Subtotal	Recursos destinados ao aumento de capital	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2005		153.947	65.687	254.093		473.727	3.387	477.114
Ajuste de exercícios anteriores					(8.146)	(8.146)		(8.146)
Aumento de capital (AGE de 29/04/2005)		222.078				222.078		222.078
Redução de capital (AGE de 30/06/2005)		(3)				(3)		(3)
Dividendos intermediários (AGE de 29/04/2005)				(130.000)		(130.000)		(130.000)
Transferência para exigível a longo prazo							(3.387)	(3.387)
Ágio na incorporação de sociedade controladora			35.348			35.348		35.348
Lucro líquido do exercício					155.191	155.191		155.191
Destinação do lucro								
Reserva legal				7.352	(7.352)			
Dividendos					(139.693)	(139.693)		(139.693)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	23	376.022	101.035	131.445		608.502	-	608.502
Ajuste de exercícios anteriores					(11.197)	(11.197)		(11.197)
Reversão de dividendos (AGE de 22/12/2006)				81.709		81.709		81.709
Lucro líquido do exercício					139.625	139.625		139.625
Destinação do lucro								
Reserva legal				6.421	(6.421)			
Dividendos					(45.406)	(45.406)		(45.406)
Reserva de retenção de lucros				76.601	(76.601)			
Saldos em 31 de dezembro de 2006	23	376.022	101.035	296.176		773.233	-	773.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	2006	2005	Atividades operacionais	2006	2005
Atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício	139.625	155.191	Aumento (diminuição) de passivos		
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades			Fornecedores	(23.809)	(27.226)
Consumidores e concessionárias	(18.874)	16.323	Impostos e contribuições sociais correntes	(28.229)	56.961
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	25.160	(94.110)	Imposto e renda e contribuições sociais diferidos	453	
Depreciações e amortizações	70.775	66.737	Obrigações estimadas	950	(53)
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	2.420	4.131	Outras obrigações	(8.941)	(17.983)
Despesas pagas antecipadamente	(27.799)	(24.037)		(59.576)	11.699
Fornecedores	39.017	(11.490)	Caixa gerado pelas atividades operacionais	224.912	87.225
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	83.205	39.535	Atividades de investimento		
Benefícios pós-emprego	3.332	4.964	Adições ao imobilizado tangível e intangível	(191.333)	(162.151)
Obrigações estimadas	6.572		Obrigações vinculadas à concessão	14.952	10.374
Encargos regulamentares e setoriais	16.113		Parcela do patrimônio vertido para a Energest e Cesa		100.609
Provisões para contingências	(6.202)	(13.871)	Caixa aplicado nas atividades de investimento	(176.381)	(51.168)
Participações societárias	333.344	63.340	Atividades de financiamento		
(Aumento) diminuição de ativos			Partes relacionadas	3.110	
Consumidores e concessionárias	39.547	306	Aumento de capital		222.075
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(19.042)	(6.667)	Ágio na incorporação de sociedade controladora		35.348
Estoques	(1.275)	5.000	Dividendos pagos	(50.008)	(53.872)
Cauções e depósitos vinculados a litígios	(30.298)	(31.647)	Empréstimos, financiamentos e debêntures- ingressos	462.013	167.662
Despesas pagas antecipadamente	(31.026)	41.841	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(444.734)	(456.730)
Outros créditos	(48.856)	12.186	Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(29.619)	(85.517)
			Aumento (redução) nas disponibilidades	18.912	(49.460)
			Disponibilidades no final do exercício	161.810	142.898
			Disponibilidades no início do exercício	142.898	192.358
				18.912	(49.460)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	2006	2005		2006	2005
Geração do valor adicionado	1.825.657	1.780.403	Depreciações e amortizações	(70.775)	(66.737)
Receita operacional	1.861.548	1.761.322	Valor adicionado líquido gerado	1.032.116	981.858
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(9.086)	(8.810)	Resultado de equivalência patrimonial		80.033
Créditos fiscais diferidos	(25.160)	60.741	Receitas financeiras	83.866	97.373
Não operacional	(1.645)	(32.850)	Valor adicionado total a distribuir	1.115.982	1.159.264
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(722.766)	(731.808)	Distribuição do valor adicionado		
Custos da energia comprada	(450.067)	(507.528)	Remuneração do trabalho	71.506	64.011
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(158.051)	(153.682)	Encargos sobre a folha de pagamento (exceto INSS)	17.429	7.570
Materiais	(10.724)	(10.337)	Impostos, taxas e contribuições	792.430	820.439
Serviços de terceiros	(75.933)	(63.872)	Despesas financeiras	93.605	108.776
Outros custos operacionais	(27.991)	3.611	Aluguéis	1.387	3.277
Valor adicionado bruto	1.102.891	1.048.595	Dividendos propostos	45.406	139.693
				1.021.763	1.143.766
			Lucro do exercício após dividendos	94.219	15.498
				1.115.982	1.159.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 - Contexto operacional

A Espirito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa, Companhia de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A., detém a concessão de distribuição de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, válidos até julho de 2025 e atua em 70 dos 78 municípios no Estado do Espírito Santo (90% da área total do Estado), sendo que dentro dos 41.241 km² da área de concessão a Companhia atende a 94% dos consumidores do Estado, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2006 e 2005, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Essas práticas são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2005, publicadas em 23 de fevereiro de 2006.

Em atendimento às determinações da Deliberação CVM nº 488, de 03 de outubro de 2005, foram efetuadas as seguintes reclassificações, aberturas e adaptações nestas demonstrações e nas notas explicativas, visando o adequado atendimento da referida norma:

- Segregação no Balanço Patrimonial entre Circulante e Não Circulante;
- Resultado financeiro segregado em Receitas financeiras e Despesas financeiras;
- Segregação do Ativo imobilizado entre Tangível e Intangível.

Para a compatibilização aos critérios do grupo econômico a qual pertence e à melhoria na comparabilidade das demonstrações financeiras da Companhia, foram efetuadas as seguintes alterações nos valores apresentados nas demonstrações financeiras de 2005:

No Ativo Circulante:

- Reclassificação dos saldos de Partes relacionadas para Outros créditos;
- Inclusão da rubrica Cauções e depósitos vinculados, cujos saldos estavam anteriormente classificados em Outros créditos.

No Passivo Circulante:

- Reclassificação dos saldos de Folha de pagamento para Outras contas a pagar;
- Reclassificação dos saldos de Partes relacionadas para Fornecedores e Outras contas a pagar;
- Inclusão da rubrica Encargos regulamentares e setoriais, correspondente aos valores a pagar de Eficiência energética, Pesquisa e desenvolvimento, Encargos de capacidade emergencial e Encargos de aquisição de energia elétrica emergencial, anteriormente classificados nas rubricas Taxas regulamentares e Outras contas a pagar.

Na Demonstração do Resultado:

- Reclassificação da receita com energia de curto prazo da rubrica Suprimento de energia elétrica para Outras receitas;
- Inclusão da rubrica Disponibilização do sistema de distribuição, cujos saldos estavam anteriormente classificados na rubrica Outras receitas;
- Reclassificação dos gastos com pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética para Outras despesas operacionais, anteriormente classificados na rubrica Outros custos de operação;
- Reclassificação da despesa com serviço de corte e religação para o grupo Despesas com vendas, anteriormente classificada na rubrica Outros custos de operação;

Adicionalmente, determinadas reclassificações foram feitas nas demonstrações do Fluxo de caixa e das Origens e aplicações de recursos de 31 de dezembro de 2005, para permitir comparabilidade com os valores apresentados em 31 de dezembro de 2006.

Para aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando as seguintes informações complementares:

- Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A Companhia está apresentando como informação suplementar, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, preparadas de acordo com a NPC 20, emitida pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

• Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia está apresentando, nos moldes do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/06 e Resolução CFC nº 1010/05, a Demonstração do Valor Adicionado que tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 - Demonstrações financeiras

a) Disponibilidades

Estão representadas basicamente por saldos mantidos em contas bancárias e incluem aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando esta última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Títulos e valores mobiliários (Nota 5)

Estão registrados ao custo acrescido das respectivas remunerações contratadas, auferidas *pro rata temporis* até a data do balanço, sendo reconhecida provisão para desvalorização ao valor de mercado, quando aplicável. Os títulos e valores mobiliários são representados por títulos públicos federais que rendem juros e variação cambial.

c) Consumidores e concessionárias incluem:

- (i) Os valores faturados a consumidores finais e concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada (Nota 6);
- (ii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6.1);
- (iii) Os saldos a receber relativos à Recomposição Tarifária Extraordinária - Perda de Receita e Energia Livre (Nota 7.1); e

(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, como segue:

Clientes da classe	Vencidos há mais de
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias

d) Estoques

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado, sendo que, os aplicáveis à operação e manutenção são classificados no Ativo circulante e, aqueles destinados a projetos, são classificados no ativo Não circulante, na rubrica Imobilizado tangível.

e) Despesas pagas antecipadamente (Nota 8)

Refere-se principalmente a:

- (i) CVA - Conta de compensação de variação dos itens integrantes da Parcela "A" e respectivos encargos. Esses custos são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 296 e nº 116, de 25 de outubro de 2001 e 04 de abril de 2003, respectivamente, Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e Resoluções complementares da ANEEL. Os saldos de CVA estão apresentados pelo valor líquido.
- (ii) Outros ativos regulatórios - outros custos tarifários excedentes, reconhecidos pelo regulador na base de cálculo do valor das tarifas e amortizado pelo faturamento de energia aos consumidores no próximo ciclo tarifário.
- (iii) Outros - incluem gastos com emissão de debêntures e outras operações financeiras cuja a amortização desses gastos é registrada de forma linear, no prazo de liquidação das obrigações que as originaram.

f) Investimentos

Os investimentos estão avaliados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

g) Imobilizado tangível e intangível (Nota 14)

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNEEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras (Nota 27). O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável) até o ano de 2001.

As Obrigações vinculadas à concessão, demonstradas como retificadoras do Imobilizado, referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente (Nota 14).

h) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 15)

Inclui principalmente o saldo a pagar a fornecedores de energia elétrica e o saldo de Energia livre a pagar a geradoras de energia elétrica.

j) Empréstimos e financiamentos, Encargos de dívidas e Debêntures (Notas 16 e 17)

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos e, quando aplicável, acrescidos e/ou reduzidos por ganhos e perdas das operações de *hedge*, incorridos até a data do balanço.

k) Provisões para contingências (Nota 22)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 9, 10 e 28)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, foram registrados na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e considerando o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

n) Benefício pós-emprego (Nota 18)

A Companhia é patrocinadora da Fundação Escelsa de Segurança Social - ESCELSOS, que administra o fundo de pensão para seus colaboradores.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes sendo a última efetuada para data-base 31 de dezembro de 2006.

A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores vêm sendo apurados e registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 e NPC 26 do IBRACON.

o) Lucro por ação

É determinado considerando-se a quantidade total de ações na data do balanço.

p) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

q) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao plano de benefícios pós-emprego, como divulgado na nota 3.1.n.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Receita de fornecimento não faturado;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Provisão para perdas - perda de receita e energia livre;
- Ativos e passivos regulatórios decorrentes de revisão e reajustes tarifários;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias;
- Provisão para contingências; e
- Planos de benefícios pós-emprego.

r) Tributação de operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 199, de 12 de setembro de 2002, a concessionária, como agente integrante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, exerceu a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados positivos líquidos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3,0% para o PIS e COFINS, respectivamente.

3.2 - Informações contábeis consolidadas e comparabilidade

Em julho de 2005 a Companhia promoveu a desverticalização de suas operações, conforme a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e, desde então, deixou de apresentar demonstrações financeiras consolidadas. Também por esse motivo, a comparabilidade da Demonstração de Resultado entre os períodos está substancialmente afetada, já que o exercício de 2005 ainda considerava o reconhecimento até o mês de julho de 2005 do resultado de equivalência patrimonial pelo investimento na antiga controlada Magistra.

4 - Ativos e passivos regulatórios

Apresenta-se abaixo quadro sintético com os ativos e passivos regulatórios contidos nos Balanços Patrimoniais:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Consumidores e concessionárias (Notas 6 e 7)				
Recomposição tarifária extraordinária - perda de receita	74.075	56.990		33.244
(-) Provisão para perdas - perda de receita	(45.168)	(17.498)		(10.207)
Recomposição tarifária extraordinária - energia livre	55.094	45.552		26.572
(-) Provisão para perdas - energia livre	(38.677)	(35.668)		(20.807)
PIS e COFINS das geradoras		3.023		
Outros ativos regulatórios	3.435		4.421	
Outros créditos (Nota 13)				
Perda de receita - baixa renda (Nota 24.1)	14.310	5.372		
Despesas pagas antecipadamente (Notas 7 e 8)				
PIS e COFINS - majoração de alíquota	14.290	13.111	6.016	26.624
Parcela "A"	23.042		69.126	80.092
CVA - ativa	162.162	60.293	25.390	25.659
(-) CVA - passiva	(81.288)	(45.034)	(23.635)	(23.241)
Total de ativos regulatórios	181.275	86.141	81.318	137.936
Fornecedores (Notas 7 e 15)				
Energia livre	(72.376)	(45.552)		(26.572)
(-) Provisão para perdas - energia livre	38.677	35.668		20.807
PIS e COFINS das geradoras		(1.816)		
Total de passivos regulatórios	(33.699)	(11.700)	-	(5.765)
Total ativos (-) passivos regulatórios	147.576	74.441	81.318	132.171

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

5 - Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira é a seguinte:

Instituição financeira

Banco Pactual S.A.
Banco BBA Creditanstalt S.A.

Tipo	Vencimento	31/12/2006	31/12/2005
NBC-E	16/11/2006		50.012
NBC-E	12/10/2006		56.632
			106.644

6 - Consumidores e concessionárias

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2006	Saldo líquido em 31/12/2005
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	23.620	25.789	1.302	50.711	(1.232)	49.479	44.588
Industrial	20.372	5.623	3.564	29.559	(3.236)	26.323	26.187
Comércio, Serviços e Outras Atividades	20.954	8.091	8.470	37.515	(7.669)	29.846	25.703
Rural	5.925	3.272	1.206	10.403	(165)	10.238	8.574
Poder Público							
Federal	893	123	98	1.114	(81)	1.033	972
Estadual	1.680	677	809	3.166	(728)	2.438	1.714
Municipal	2.359	1.041	804	4.204	(673)	3.531	3.454
Iluminação Pública	3.971	1.312	4.864	10.147	(4.014)	6.133	6.127
Serviço Público	3.562	102	146	3.810	(131)	3.679	3.185
Fornecimento não faturado	62.456			62.456		62.456	58.091
Parcelamentos de débitos	10.628	803	6.025	17.456	(10.114)	7.342	10.563
(-) Arrecadação em processo de classificação	6.489			6.489		6.489	9.146
Outros créditos	8.617			8.617	(1.579)	7.038	4.538
Ativo regulatório							
Forn. não faturado - diferimento tarifário							10.091
Perda de receita	74.075			74.075	(45.168)	28.907	39.492
Energia livre	55.094			55.094	(38.677)	16.417	9.884
PIS e COFINS das geradoras							3.023
Outros ativos regulatórios	3.435			3.435		3.435	
	<u>304.130</u>	<u>46.833</u>	<u>27.288</u>	<u>378.251</u>	<u>(113.467)</u>	<u>264.784</u>	<u>265.332</u>
Concessionárias							
Suprimento	3.926			3.926		3.926	3.407
Energia de curto prazo	6.517			6.517		6.517	1.908
Encargos de uso da rede elétrica	2.207			2.207		2.207	3.055
	<u>12.650</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.650</u>	<u>-</u>	<u>12.650</u>	<u>8.370</u>
Total Circulante	<u>316.780</u>	<u>46.833</u>	<u>27.288</u>	<u>390.901</u>	<u>(113.467)</u>	<u>277.434</u>	<u>273.702</u>
Não circulante							
Ativo regulatório							
Perda de receita							23.037
Energia livre							5.765
Outros ativos regulatórios			4.421	4.421		4.421	
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.421</u>	<u>4.421</u>	<u>-</u>	<u>4,421</u>	<u>28.802</u>
Total Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4,421</u>	<u>4,421</u>	<u>-</u>	<u>4,421</u>	<u>28.802</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

6.1 - Energia de curto prazo

	Ativo	Passivo	Encargos de serviços de sistema
	Venda	Compra	
Saldo em 31/12/2005	1.908	1	863
Acréscimos	33.659		12.181
Liquidações	(29.050)		(10.987)
Saldo em 31/12/2006	<u>6.517</u>	<u>1</u>	<u>2.057</u>

Refere-se, principalmente, às transações de venda, compra de energia e encargos de serviços de sistema, realizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Parte dos valores do ativo está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

6.2 - Fornecimento não faturado - diferimento tarifário

Na terceira revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão da Escelsa, em 7 de agosto de 2004, a ANEEL fixou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia resultando em aumento de 6,33%, que acrescido da CVA de 3,63% e efeitos do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE de 0,11%, deduzido de 5,11% referente à diferença resultante do ajuste da segunda revisão tarifária periódica, foi aplicado um reajuste médio de 4,96% sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 7 de agosto de 2004, o qual vigiu até 6 de agosto de 2005. Em 1º de agosto de 2005 a ANEEL homologou o resultado da terceira revisão tarifária periódica, fixando valores finais para a Base de Remuneração Regulatória - BRR, taxa de depreciação e custos operacionais da Empresa de Referência, com o reposicionamento tarifário passando do valor provisório de 6,33% para o valor definitivo de 8,58%, correspondendo a um acréscimo de receita no valor de R\$17.162 para ser recuperado financeiramente pela ESCELSA em suas tarifas, até 6 de agosto de 2006. No exercício de 2006 foi amortizado o valor de R\$6.098.

Ao final do período de realização tarifária, em 06 de agosto de 2006, verificou-se saldo não realizado do diferimento tarifário no total de R\$3.712 que, assim como o saldo não realizado de devolução tarifária mencionado na nota 19, foi revertido contabilmente no resultado do exercício de 2006 na rubrica Fornecimento de energia elétrica.

7 - Acordo geral do setor elétrico

O Acordo geral do setor elétrico, ao qual a Companhia aderiu em 20 de dezembro de 2001, estabeleceu condições para solução de controvérsias contratuais e administrativas, eliminando a possibilidade de ocorrência de litígios judiciais ou extrajudiciais sobre questões relativas ao período de racionamento. Os principais pontos do acordo são listados a seguir:

- Declaração de Desistência/Renúncia;
- Acordo de Compra de Sobras Líquidas Contratuais;
- Acordo de Reembolso de Energia Livre;
- Termos Aditivos aos Contratos Iniciais; e
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Com base na Medida Provisória nº 14, de 12 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 e demais regras legais, foi apurado o montante de Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE aplicável a cada concessionária de distribuição de energia elétrica, com o objetivo de neutralizar os efeitos de perda de receita decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE, que vigorou no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002.

Paralelamente, foram apuradas as variações mensais de custos não gerenciáveis (Parcela "A"), relacionando ainda, as parcelas de custo adicional com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Energia livre) a serem repassados para as geradoras.

Para o ressarcimento do montante da Perda de receita, Energia livre e Parcela "A", em atendimento às disposições da Medida Provisória nº 14 (convertida na Lei nº 10.438/02), foi concedido a partir de janeiro de 2002 o reajuste tarifário extraordinário de 2,9% aplicável aos consumidores residenciais (exceto os de baixa renda), rurais e Iluminação Pública e de 7,9% para os demais consumidores.

No exercício de 2002 foram liberados recursos equivalentes a 90% dos montantes homologados de Perda de receita e de Parcela "A", relativos à abertura de crédito no âmbito do PERCEE, através de contratos de financiamento com o BNDES assinados em 13 de fevereiro de 2002 (Nota 17).

A Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, republicada em 1º de junho de 2004, retificou para R\$76.639 o montante de Energia livre anteriormente homologado pela Resolução ANEEL nº 483, de 29 de agosto de 2002 (Nota 7.1), alterou para 69 meses o prazo máximo de permanência da RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica anteriormente estabelecido pela Resolução ANEEL nº 484, de 29 de agosto de 2002, excluiu deste prazo o montante relativo às variações dos itens da Parcela "A" verificadas no exercício de 2001 e estabeleceu que a sua recuperação se dará por mecanismo equivalente ao previsto no art. 4º da Lei nº 10.438/02 e que, para a Companhia, como concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica localizada no Sistema Interligado Nacional sujeita ao PERCEE, essa recuperação se dará imediatamente após o final da RTE prevista no art. 4º da Lei nº 10.438/02, pelo prazo necessário para atingir o montante homologado pela Resolução ANEEL nº 482, de 29 de agosto de 2002.

7.1 - Composição da RTE homologada pela ANEEL, representativa da Perda de receita e Energia livre

A composição da RTE no ativo é a seguinte:

Itens	Número do instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Saldo a amortizar	
					31/12/2006	31/12/2005
Perda de receita	Resoluções nºs 480/02, 481/02 e 01/04	149.512	113.925	(189.362)	74.075	90.234
(-) Provisão para perdas					(45.168)	(27.705)
Total					<u>28.907</u>	<u>62.529</u>
Itens	Número do instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Saldo a amortizar	
					31/12/2006	31/12/2005
Energia livre	Resoluções nºs 01/04 e 45/04	76.639	55.922	(77.467)	55.094	72.124
(-) Provisão para perdas					(38.677)	(56.475)
Total					<u>16.417</u>	<u>15.649</u>

De acordo com estudos elaborados pela Administração, periodicamente revisados, a Companhia projeta que no prazo máximo estabelecido para permanência da RTE nas tarifas haverá insuficiência de recuperação de parte desses ativos, razão pela qual, por prudência, foram constituídas provisões para perdas. No exercício, para a parcela da RTE que afeta patrimonialmente a Companhia, qual seja a Perda de receita, houve complemento de provisão no valor de R\$17.463, em função da determinação da ANEEL quanto à redistribuição da arrecadação da RTE entre Perda de receita e Energia livre registradas desde o início da arrecadação no ano de 2002, cuja contrapartida no resultado do exercício foi registrada no grupo de Receitas Financeiras.

A Administração, no entanto, baseada na própria legislação instituidora da RTE e, especialmente, nos termos do Acordo Geral do Setor Elétrico, está enviando todas as gestões visando a plena recuperação dos referidos créditos.

Os valores referentes à Energia livre referem-se à energia elétrica gerada e não vinculada a contratos iniciais ou equivalentes.

Atualização monetária:

A Resolução ANEEL nº 31, de 24 de janeiro de 2002 e os Ofícios Circulares ANEEL nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005 e nº 74, de 23 de janeiro de 2006, determinaram que o saldo remanescente da RTE seja remunerado pela taxa de juros equivalente à cobrada, de cada concessionária, nas operações de financiamento de que trata o art. 5º da Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, decorrente do programa de financiamento subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e, na ausência dessa operação financeira, seja utilizada a taxa SELIC.

No exercício foi contabilizado para Perda de receita o montante de R\$12.759 (R\$27.462 em 2005) e para Energia livre o montante de R\$14.866 (R\$18.135 em 2005), ambos registrados em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Receitas Financeiras. Para Energia livre, ato contínuo, foi registrado na rubrica de fornecedores em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Despesas Financeiras, em função do repasse às geradoras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A composição da RTE no passivo é a seguinte:

Itens	Número do instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Saldo a repassar	
					31/12/2006	31/12/2005
Repasse de Energia Livre	Resoluções nºs 01/04 e 45/04	76.639	62.274	(66.537)	72.376	72.124
(-) Provisão Energia livre não recuperável					(38.677)	(56.475)
Total					<u>33.699</u>	<u>15.649</u>

Para o mesmo montante de Energia livre registrado no exercício de 2001, foi registrado uma obrigação no Passivo circulante e não circulante na rubrica Fornecedores de energia elétrica, com o correspondente débito no resultado na rubrica Energia elétrica comprada para revenda.

7.2 - Variação dos itens da parcela "A"

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica estabelecem, na composição das tarifas praticadas pelas concessionárias, valores para cada item de custos exógenos, imputáveis à despesa operacional, integrantes da variável denominada Parcela "A", da fórmula do "Índice de Reajuste Tarifário - IRT", demonstrados a seguir:

- Tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional;
- Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional;
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
- Encargos de Serviços de Sistema - ESS;
- Energia comprada;
- Quota de Reserva Global de Reversão - RGR;
- Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
- Encargos de conexão;
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
- Contrato de Compra de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR; e
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

Com o advento das Medidas Provisórias nºs 2.227 e 14 (convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002), de 4 de setembro de 2001 e 21 de dezembro de 2001, respectivamente, e da Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, foi instituída uma conta gráfica, para registro da compensação de diferenças, positivas ou negativas, entre os valores pagos de cada item, de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001.

Os registros foram efetuados no Ativo não circulante na rubrica Despesas pagas antecipadamente, que tiveram contrapartidas no resultado na rubrica Gastos operacionais, pela respectiva natureza.

7.2.1 - Composição da variação de itens da parcela "A" homologado pela ANEEL

Item	Número do instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Saldo a amortizar	
					31/12/2006	31/12/2005
Parcela "A"	Resoluções nºs 482/02 e 01/04	38.183	53.985		92.168	80.092

Atualização monetária:

O montante homologado está atualizado nos termos definidos no Ofício Circular ANEEL nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005 e, no exercício, foi contabilizado o montante de R\$12.073 (R\$12.816 em 2005), registrado em contrapartida do resultado do exercício no grupo de Receitas Financeiras.

8 - Despesas pagas antecipadamente

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Parcela "A"	23.042		69.126	80.092
CVA - Conta de compensação da variação de custos da parcela "A" - líquida (Nota 8.1)	80.874	15.259	1.755	2.418
PIS e COFINS - majoração de Alíquota (Nota 8.2)	14.290	13.111	6.016	26.624
Outros	2.190	1.656	1.434	
Total	<u>120.396</u>	<u>30.026</u>	<u>78.331</u>	<u>109.134</u>

8.1 - CVA - Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"

Período	Ativo				Passivo			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
De 08/08/02 a 07/08/03	12.088	17.990			3.355	4.973		
De 08/08/03 a 07/08/04		1.694				1.185		
De 08/08/04 a 07/08/05	8.577	23.979				22.276		
De 08/08/05 a 07/08/06	123.361	16.630		25.659	61.051	16.600		23.241
De 08/08/06 a 31/12/06	18.136		25.390		16.882		23.635	
Total	<u>162.162</u>	<u>60.293</u>	<u>25.390</u>	<u>25.659</u>	<u>81.288</u>	<u>45.034</u>	<u>23.635</u>	<u>23.241</u>

Refere-se a variações dos itens da Parcela "A", apuradas nos termos da nota 7.2, para os períodos a partir de 26 de outubro de 2001.

Os valores estão atualizados pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R\$15.727 (R\$11.221 em 2005) em contrapartida ao resultado financeiro. No exercício foi amortizado o montante de R\$40.449 (R\$45.023 em 2005).

8.2 - PIS e COFINS - Majoração de alíquota

Ativo regulatório constituído em razão das alterações introduzidas pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, as quais majoraram a alíquota do PIS de 0,65% para 1,65% e da COFINS de 3% para 7,6%, cujos efeitos financeiros são repassados às tarifas.

9 - Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Ativo - compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social - correntes	34.278	15.544		
ICMS	4.076	5.496	11.080	16.759
PIS e COFINS	7.456	1.468		
Outros	1.890	474		
Total	<u>47.700</u>	<u>22.982</u>	<u>11.080</u>	<u>16.759</u>
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social - correntes	17.313	39.739		
ICMS	35.784	34.420		
PIS e COFINS	15.063	11.485		
Outros	9.393	13.327		
Total	<u>77.553</u>	<u>98.971</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

10 - Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

10.1 - Ativo

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
IR sobre Prejuízos Fiscais	15.284	7.565	116.395	129.440
CS sobre Base Negativa	5.540	2.858	48.485	53.569
IR e CS sobre Demais Adições Temporárias	37.110	9.224	31.436	52.705
IR e CS sobre Crédito Fiscal Incorporado - Ágio	1.097		34.251	35.348
Total	<u>59.031</u>	<u>19.647</u>	<u>230.567</u>	<u>271.062</u>

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário Não circulante nos seguintes exercícios:

2008	2009	2010	2011	2012	Após 2012	Não circulante
56.416	29.162	30.289	28.966	31.839	53.895	230.567

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2006, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

10.1.1 - O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, em abril de 2005, da parcela cindida da controladora EDP Energias do Brasil S.A., representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. na aquisição de ações da IVEN, na época controladora da Escelsa, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e que, conforme determinação da ANEEL, será amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$1.860, a partir do ano de 2007 até 2025.

10.1.2 - A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto ao crédito relacionado ao ágio, mencionado na nota 10.1.1, será realizado financeiramente até 2025, em consonância com as normas de amortização dos valores a ele vinculados.

10.2 - Passivo

	31/12/2006	31/12/2005
PIS	81	
COFINS	372	
Imposto de Renda	39.739	22.056
Contribuição social	14.306	7.940
Total	<u>54.498</u>	<u>29.996</u>
Circulante	54.498	3.431
Não circulante		26.565

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

11 - Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação.

Rubricas	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas) no exercício	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005	2006	2005
Outros créditos						
Enersul		4.240				
Energgest		806			3.704	
CESA		435			435	
		5.481			4.139	
Partes relacionadas						
Bandeirante						737
Enersul	2.926	695				
Energgest	857	2.150			2.150	
CESA	171	1.631			681	
Pantanal	2					
Escelsapar	37	7				
EDP Energias do Brasil		7				
Outras	133	186				
	4.126	4.676			2.831	737
Fornecedores						
Bandeirante						(477)
Energgest			178	4.403	(2.754)	
CESA			2.203	1.126	(18.345)	(5.150)
Escelsapar					(2.565)	
Enertrade			5.973	3.522	(56.395)	(116.867)
Enerpeixe			6.668		(47.243)	
			15.022	9.051	(127.302)	(122.494)
Partes relacionadas						
Bandeirante			697			
Enersul			562	220		
Energgest				187		
CESA				1.848		(1.848)
EDP Energias do Brasil			3.557		(3.557)	
			4.816	2.255	(3.557)	(1.848)
Total	4.126	10.157	19.838	11.306	(123.889)	(123.605)

EDP - Energias do Brasil - Compartilhamento no exercício de 2006 de despesas de pessoal, material e serviços da EDP - Energias do Brasil S.A..

Enertrade - Em 23 de dezembro de 2002, a Escelsa assinou com a Enertrade - Comercializadora de Energia S.A., contrato de compra e venda de energia elétrica, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2003 e término em 31 de dezembro de 2012, contemplando 11,45 MW médios em 2003 e 52 MW médios a partir de 2004, ao preço de R\$85,67/MWh, aditado em 19 de fevereiro de 2003, para R\$83,73/MWh.

O preço avençado, na base agosto de 2002, foi estabelecido de acordo com as regras sobre o Valor Normativo - VN, constantes da Resolução ANEEL nº 248, de 6 de maio de 2002, aplicável ao contrato há época em que foi celebrado e submetido a registro na ANEEL. No curso do processo de reajuste tarifário da Escelsa de agosto de 2003, esta foi informada da posição da ANEEL, de não aceitação do valor contratual de R\$104,87/MWh, na base agosto de 2003, com a fixação do preço limite de repasse em R\$74,79/MWh, na base dezembro de 2002, obtido da aplicação de Notas Técnicas exaradas pelo Ente Regulador (NT 023 da SEM/ANEEL, de 3 de abril de 2003 e NT 081 da SFF/ANEEL, de 7 de abril de 2003). Em 29 de agosto de 2003, a Escelsa interps recurso administrativo junto à ANEEL, onde defendeu a aplicação integral do valor contratado, para fins de reconhecimento na tarifa, utilizando-se dos seguintes argumentos:

- (i) O contrato restou aprovado por decurso de prazo de manifestação por parte da ANEEL;
- (ii) Ausência de ato normativo que justificasse a adoção de um limite de repasse diferente do VN; e

(iii) Ausência de caráter normativo por parte das Notas Técnicas utilizadas.

Através do Ofício nº 1779 da SFF/ANEEL, de 29 de outubro de 2003, a ANEEL não aprovou o contrato da Escelsa. Confirmando o entendimento anterior, de fixação de limites de repasse inferiores ao VN, estabeleceu o preço máximo de contratação de R\$74,79/MWh, na base de dezembro de 2002, para a concessionária.

A Enertrade impetrou mandato de segurança em face da decisão da ANEEL e, em 5 de março de 2004, por decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2004.01.00.007.806-5/DF, os efeitos do referido Ofício foram sobrepostos para que a ANEEL considerasse o contrato aprovado para todos os fins de direito.

Embora a decisão judicial tenha garantido a aprovação dos contratos, a ANEEL manteve os limites de repasse por ela determinados, o que levou a Escelsa, por ocasião da 3ª Revisão Tarifária Periódica, em agosto de 2004, a interpor novo recurso administrativo argumentando: (i) que a definição pela ANEEL de um limite de repasse se deu sem a devida fundamentação e em desacordo com a regulamentação aplicável (metodologia do VN) e (ii) que a equivalência do preço contratual com o VN, em uma contratação de longo prazo, determina uma aquisição de energia pelo menor custo efetivo, assegurando a modicidade tarifária prevista no Contrato de Concessão. No reajuste tarifário de 2005, o limite de repasse determinado pela ANEEL foi atualizado pelo IGP-M, resultando no valor de R\$88,35 / MWh para a Escelsa, vigente a partir de 7 de agosto de 2005, o que motivou a ESCELSA a interpor, mais uma vez, recurso administrativo contra a decisão da ANEEL.

Novamente, no reajuste tarifário de 2006, o limite de repasse determinado pela ANEEL foi atualizado pelo IGP-M, resultando no valor de R\$89,57/MWh, vigente a partir de 7 de agosto de 2006.

As diferenças de preços em questão, alcançaram no exercício o montante de R\$15.960 (R\$15.276 em 2005), refletidos nas despesas operacionais.

Aguarda-se, desta forma, decisões administrativas dos recursos interpostos, cabendo, em caso de indeferimentos, a busca de soluções judiciais.

Cesa - A Companhia possui contrato de compra e venda de energia elétrica, referente à PCH Viçosa, com vigência a partir de 1º de agosto de 2001 até 31 de dezembro de 2025, contemplando 2,57 MW médios, ao preço de R\$93,07/MWh. O primeiro aditivo deste contrato foi assinado em 7 de agosto de 2003, para alterar a energia assegurada para 2,80 MW médios, ao preço de R\$116,12/MWh - base agosto de 2003. O segundo aditivo foi assinado em 1º de agosto de 2004 e alterou a data de término do contrato para 17 de julho de 2025. O Ofício SFF/ANEEL nº 2.097, de 3 de dezembro de 2004, homologou este contrato. O preço vigente desde agosto de 2006 é de R\$ 138,33/MWh. Os preços estão expressos sem ICMS.

Energgest - Refere-se a suprimento de energia, adiantamentos da 4ª máquina da UHE Mascarenhas, desembolso com o serviço da dívida, folha de pagamento, compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e reembolso de gastos diversos.

12 - Cauções e depósitos vinculados

Depósitos judiciais (Nota 22) Cauções e depósitos vinculados	Circulante		Não circulante	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
	1.172	280	102.627	78.364
Total	1.172	280	6.760	1.617
			109.387	79.981

13 - Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

Outros créditos	Circulante		Não circulante	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Adiantamentos a fornecedores	2.890	2.520		
Empregados	307	214		
Perda de receita - baixa renda	14.310	5.372		
Desativação em curso	1.843	1.797		
Dispêndio a reembolsar em curso	550	242		
Serviços em curso	2.818	2.148		178
RGR	625			
Créditos a receber - clientes	744	1.679		
Tributos e consignações sobre folha	2.130	2.698		
Cheques devolvidos	448	878		
Programa eficiência energética	6.590	4.547	6.019	10.087
Bens destinados à alienação			645	903
Outros	2.450	3.595	336	117
Total	35.705	25.690	7.000	11.285
Outras contas a pagar				
Folha de pagamento	4.250	2.803		
Hedge		4.663		
Taxa de iluminação pública	7.855	8.044		
Arrecadação de terceiros a repassar	1.994	497		
Outros	5.397	9.816	78	84
Total	19.496	25.823	78	84

14 - Imobilizado - Tangível e Intangível

Imobilizado em serviço - tangível	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2006			31/12/2005
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Distribuição					
Terrenos		9.392		9.392	9.392
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,74	20.466	(10.174)	10.292	10.746
Máquinas e equipamentos	4,32	1.237.321	(539.779)	697.542	677.565
Móveis e utensílios	10,00	115	(65)	50	61
		1.267.294	(550.018)	717.276	697.764
Comercialização					
Máquinas e equipamentos	7,02	3.309	(2.963)	346	584
Móveis e utensílios	7,47	703	(665)	38	91
		4.012	(3.628)	384	675
Administração					
Terrenos		306		306	311
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,92	11.353	(7.859)	3.494	3.302
Máquinas e equipamentos	6,67	71.945	(45.234)	26.711	27.063
Veículos	13,45	15.532	(7.862)	7.670	6.281
Móveis e utensílios	4,95	6.169	(4.033)	2.136	1.939
		105.305	(64.988)	40.317	38.896

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

		31/12/2006		31/12/2005	
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço - intangível					
Distribuição					
Software	20,00	3.796	(1.588)	2.208	1.545
Serviço permanente		7.003		7.003	6.728
Outros		935		935	410
		11.734	(1.588)	10.146	8.683
Administração					
Software	14,27	61.065	(33.422)	27.643	21.195
Outros		510		510	510
		61.575	(33.422)	28.153	21.705
Atividades não vinculadas a concessão					
Terrenos		273		273	273
Máquinas e equipamentos		17	(17)		
		290	(17)	273	273
Total do imobilizado em serviço		1.450.210	(653.661)	796.549	767.996
Imobilizado em curso					
Distribuição					
Tangível		180.088		180.088	91.517
Intangível		2.013		2.013	2.434
		182.101		182.101	93.951
Comercialização					
Intangível		111		111	
		111		111	
Administração					
Tangível		6.415		6.415	5.649
Intangível		19.774		19.774	19.216
		26.189		26.189	24.865
Total do imobilizado em curso		208.401		208.401	118.816
Atividades não vinculadas a concessão					
Ágio na incorporação de sociedade controladora		103.964		103.964	103.964
(-) Provisão para manutenção de dividendos		(103.964)		(103.964)	(103.964)
Obrigações vinculadas à concessão					
Total líquido		(148.067)		(148.067)	(125.598)
Imobilizado tangível		1.510.544	(653.661)	856.883	761.214
Imobilizado intangível		1.415.337	(618.651)	796.686	709.176
		95.207	(35.010)	60.197	52.038
		1.510.544	(653.661)	856.883	761.214

A movimentação do imobilizado tangível e intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2005	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações e amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2006
Imobilizado em serviço - tangível						
Terrenos	9.976				(5)	9.971
Edificações, obras civis e benfeitorias	14.048		928	(1.189)	(1)	13.786
Máquinas e equipamentos	705.212		78.344	(57.049)	(1.908)	724.599
Veículos	6.281		3.380	(1.842)	(149)	7.670
Móveis e utensílios	2.091		490		(357)	2.224
	737.608		83.142	(60.080)	(2.420)	758.250
Imobilizado em serviço - intangível	30.388		18.606	(10.695)		38.299
Total do imobilizado em serviço	767.996		101.748	(70.775)	(2.420)	796.549
Imobilizado em curso - tangível	97.166	172.479	(83.142)			186.503
Imobilizado em curso - intangível	21.650	18.854	(18.606)			21.898
Total do Imobilizado em curso	118.816	191.333	(101.748)			208.401
Total do imobilizado - tangível e intangível	886.812	191.333		(70.775)	(2.420)	1.004.950

Composição das obrigações vinculadas à concessão é como segue:

	31/12/2006	31/12/2005
Contribuição de consumidores	113.527	94.495
Doações e subvenções	29.231	25.794
Participação da União	5.309	5.309
Total	148.067	125.598

14.1 - Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

14.2 - Bens e direitos da União utilizados pela concessionária

Os bens da União sob a administração da Escelsa constituem-se de terrenos e antigas edificações que encontram-se fora de uso, em função da impossibilidade prática de suas utilizações, portanto improdutivas, estando seus valores registrados no Sistema Extrapatrimonial.

14.3 - Alteração nas taxas de depreciação

A Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006, determinou a equalização das taxas anuais de depreciação para ativos de uso e características semelhantes dos serviços de distribuição e transmissão, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007.

A estimativa é que haverá uma redução anual da despesa de depreciação do Imobilizado em serviço de aproximadamente 4%, cujos consequentes efeitos positivos no resultado serão capturados nas tarifas a partir do próximo ciclo tarifário.

15 - Fornecedores

	Circulante 31/12/2006	Circulante 31/12/2005	Não circulante 31/12/2005
Suprimento de energia elétrica	69.936	69.130	
Energia livre	33.699	9.884	5.765
PIS e COFINS das geradoras		1.816	
Encargos de uso da rede elétrica	15.056	15.843	
Encargos de serviços de sistema	2.057	863	
Materiais e serviços	30.495	32.733	
Total	151.243	130.269	5.765

16 - Debêntures

Em 1º de junho de 2006 foi promovida a primeira emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografia), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foram lançadas o total de 26.400 debêntures, de valor nominal unitário de R\$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R\$264.000, com prazo de vigência de 5 (cinco) anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 (três) anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de junho de 2011, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º de junho de 2009, a segunda, de 1/3, em 1º de junho de 2010 e a terceira, de 1/3, em 1º de junho de 2011. A colocação foi concluída em 5 de julho de 2006.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104,4% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI's, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de novembro de 2006 e o último em 1º de junho de 2011.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento, redução dos custos financeiros, diversificação das fontes de financiamentos, investimentos para o ano de 2006 e recomposição de caixa para capital de giro.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 1 (um) dia útil contado da data do inadimplemento;
- (ii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal;
- (iii) pedido de auto-falência formulado pela Emissora;
- (iv) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;
- (v) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e
- (vi) perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

Vencimento das parcelas do Não circulante:

Ano	Valor
2009	88.000
2010	88.000
2011	88.000
	<u>264.000</u>

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Circulante	Não circulante
Ingressos		264.000
Encargos	21.772	
Amortização	(19.195)	
Saldo em 31/12/2006	<u>2.577</u>	<u>264.000</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

17 - Empréstimos e financiamentos e Encargos de dívidas

	Custo da dívida	31/12/2006			31/12/2005		
		Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não circulante	Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não circulante
Moeda estrangeira							
BNDDES	UMBNDDES + 3,5% a.a.				13	2.934	
Senior Notes (a)	10,0% a.a. + var.cambial	11.157	243.416		12.214		266.493
Subtotal		11.157	243.416		12.227	2.934	266.493
Moeda nacional							
BNDDES	TJLP + 4,8% a.a.	93	4.342	11.939	104	24.946	
BNDDES - CVA	Selic + 1% a.a.				163	19.267	
BNDDES - RTE	Selic + 1% a.a.		83.582		305	33.448	71.172
Contas garantidas	106% a 106,5% CDI					131.811	
Eletrobrás	6,0% a.a.		5.304	37.467		4.704	23.404
Subtotal		93	93.228	49.406	572	214.176	94.576
Swap							
HSBC (a)	101,9% CDI		3.738		3.909		
Citibank (a)	105% CDI		1.247				
Banif (a)	105% CDI		512				
Merill (a)	105% CDI		402				1.110
Santander (a)	100,46% CDI		13.884				4.130
Pactual (a)	101,14% CDI		13.965				4.116
Itaú BBA (a)	105% CDI		437				
Itaú BBA (a)	101% CDI		9.453				2.788
Subtotal			43.638				12.144
Total		11.250	380.282	49.406	16.708	217.110	373.213

Sênior notes - Refere-se ao saldo residual da captação de recursos através de títulos denominados "Sênior Notes" (Notas), no total original equivalente a US\$113,852,000 que tem vencimento único em julho de 2007 e juros de 10% a.a. pagáveis semestralmente em 15 de janeiro e 15 de julho de cada ano. Em 21 de maio de 1998, foi obtido o registro dos referidos títulos junto à SEC - Securities and Exchange Commission, nos Estados Unidos da América, de acordo com o "Securities ACT of 1933". Para estes títulos foram realizadas operações de swap, demonstradas no quadro anterior, além de aplicações em títulos cambiais, destinadas à redução da exposição líquida da dívida, conforme mencionado na nota 31.5. Em 7 de julho de 2005, como parte do processo de reorganização societária do grupo Energias do Brasil, R\$794.127 (US\$332,256,620) da dívida foram transferidos para a controladora EDP - Energias do Brasil S.A..

BNDDES (Moeda nacional) - Contrato firmado em agosto de 2006, com repasse de recursos através do Banco ALFA, destinado ao programa de investimentos em subestações, transmissão e distribuição de energia elétrica. No exercício de 2006 foram liberados recursos no montante de R\$17.320. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,8% ao ano + TJLP, exigíveis mensalmente a partir do dia 15 de outubro de 2006, juntamente com as prestações do principal e com vencimento final em 15 de setembro de 2010. A garantia pactuada é parte do faturamento mensal decorrente dos serviços de energia elétrica, no valor correspondente ao mínimo de 130% das prestações do principal e acessórios da dívida.

BNDDES - Recomposição Tarifária Extraordinária - Contrato firmado em fevereiro de 2002, em consonância com o Acordo Geral do Setor Elétrico e Lei nº 10.438/02. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$166.226, equivalentes a 90% do valor da Perda de Receita e Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela "A" de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 1% ao ano, acima da taxa média anual ajustada da SELIC. A parcela de crédito no valor original de R\$131.861 e respectivos juros estão sendo amortizados mensalmente desde março de 2002, em 59 parcelas mensais e sucessivas com vencimento final em 15 de janeiro de 2007. A parcela de crédito no valor original de R\$34.365 deverá ser amortizada em 11 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2007 e a última em 15 de dezembro de 2007 e, durante a carência, os juros estão sendo integralizados ao principal do empréstimo. Ambos apresentam garantia em conta bancária através de vinculação do valor equivalente a 5,75% do faturamento mensal da Companhia.

Eletrobrás:

(i) Programa Luz para Todos - 1ª etapa - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 21 de maio de 2004, sendo que em 2004 foram liberados recursos no montante de R\$10.720, em 2005, R\$7.147 e em 2006, R\$4.788, totalizando R\$22.655. Sobre o valor do principal incide juros de 5% ao ano e taxa de administração de 1% ao ano, pagos mensalmente a partir do dia 30 de outubro de 2004. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de agosto de 2006 até 30 de julho de 2016 com garantia de vinculação da receita própria e Notas Promissórias.

(ii) Programa Luz para Todos - 2ª etapa - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 20 de novembro de 2005, sendo que em 2006 foram liberados recursos no montante de R\$17.413. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% ao ano e taxa de administração de 1% ao ano, pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2006. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de maio de 2008 até 30 de abril de 2018 com garantia de vinculação da receita própria e Notas Promissórias.

(iii) Programa Reluz - Contratos diversos firmados com a Eletrobrás, relativos ao Programa de Financiamento a Projetos de Conservação e Eficiência Energética, para os Municípios de Vila Velha, Serra, Ibirapu e Aracruz, no valor contratado de R\$17.023. Sobre os contratos incidem juros de 5% e taxa de administração de 1% ao ano sobre o saldo devedor, incorporados mensalmente durante o período de carência. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do término da carência. Garantia de vinculação da receita própria e Notas Promissórias.

Vencimentos das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
Circulante			
2007	93.321	298.211	391.532
	93.321	298.211	391.532
Não circulante			
2008	8.550		8.550
2009	9.376		9.376
2010	7.833		7.833
2011	3.565		3.565
2012	3.476		3.476
2013	3.476		3.476
2014	3.476		3.476
Após 2014	9.654		9.654
	49.406		49.406
Total	142.727	298.211	440.938

18 - Benefício pós-emprego

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA			6.150	7.896
Assistência médica e Seguro de vida	5.399	3.447	30.871	29.907
Total	5.399	3.447	37.021	37.803

A Companhia possui as seguintes responsabilidades com benefícios pós-emprego:

(i) Patrocinadora dos planos de suplementação de aposentadoria e Pensões - Planos I e II;

(ii) Outros benefícios pós-emprego, compostos por Assistência Médica, Seguro de vida e Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a partir de 1º de janeiro de 2002, as Companhias abertas estão obrigadas a contabilizar passivos oriundos de benefícios pós-emprego, com base nas regras estabelecidas no Pronunciamento NPC nº 26, do IBRACON. Para atendimento à essa exigência a Escelsa contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado. As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

Econômicas	2006	2005
Taxa de desconto	10,75 % a.a.	10,75 % a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	12,45 % a.a.	12,45 % a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55 % a.a.	5,55 % a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,5 % a.a.	4,5 % a.a.
Crescimento dos custos médicos	de 10,0 a 5,5% a.a.	de 10,0 a 5,5% a.a.
Inflação	4,5 % a.a.	4,5 % a.a.
Fator de capacidade - Salários e benefícios	100%	100%
Demográficas		
Tábua de Mortalidade	RP 2000 Geracional	GAM - 83
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disability	RP 2000 Disability
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 27	TASA 27
Tábua de Rotatividade	T-1 Service Table	T-1 Service Table

18.1 - Planos de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora da FUNDAÇÃO ESCELSA DE SEGURIDADE SOCIAL - ESCELSOS, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo "benefício definido" e o Plano de Benefícios II, do tipo "contribuição definida", convertido em benefício definido quando da concessão em renda vitalícia.

Apresenta-se, a seguir, a demonstração do número de participantes por tipo de Plano:

	PLANO I	PLANO II	TOTAL
Participantes Ativos	3	1.103	1.106
Participantes assistidos			
Aposentados	607	273	880
Pensionistas	126	13	139
	733	286	1.019
Total	736	1.389	2.125

Na qualidade de patrocinadora, a Escelsa contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da Fundação Escelsos, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. No exercício, a Escelsa contribuiu com R\$3.063 (R\$3.105 em 2005).

A avaliação atuarial demonstrou que, nos Planos Previdenciários I e II, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2006	31/12/2005
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(119.591)	(113.167)
Valor justo dos ativos	198.889	178.395
	79.298	65.228
Valor dos ganhos atuariais não reconhecidos	(20.555)	(17.447)
Superávit	58.743	47.781

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido, reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.2 - Outros benefícios pós-emprego

Ainda nos termos dessa avaliação atuarial, foram mensuradas as seguintes obrigações com outros benefícios pós-emprego.

- Assistência médica e Seguro de vida - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados, de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia;
- Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996.

A avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2006 demonstrou que nos planos de Assistência médica, Seguro de vida e AIA, o valor presente das obrigações atuariais, líquido das perdas não reconhecidas, monta em R\$42.420, registrado no Passivo Circulante e Não circulante, composto como segue:

Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	31/12/2006	31/12/2005
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas	(66.826)	(58.834)
Total	24.406	17.584
	(42.420)	(41.250)
Circulante	5.399	3.447
Não circulante	37.021	37.803

O valor das perdas atuariais excedente a 10% do valor presente das obrigações atuariais, está sendo amortizado anualmente, pelo período correspondente ao tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do Plano.

A despesa líquida com esses benefícios, a ser reconhecida no resultado de 2007, terá a seguinte composição:

Custo do serviço corrente	777
Custos dos juros	6.758
Amortização de perdas atuariais	1.485
Total	9.020

19 - Devolução tarifária

Em decorrência da segunda revisão tarifária periódica prevista no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Escelsa, em 7 de agosto de 2001, a ANEEL fixou em caráter provisório o reposicionamento tarifário da Companhia resultando em aumento de 19,89%, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 7 de agosto de 2001.

Em 7 de agosto de 2004, a ANEEL alterou esse percentual, em caráter definitivo, para 17,8%. Essa alteração resultou na redução da receita no montante de R\$56.720, registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2004.

Ao final do período de realização tarifária, em 6 de agosto de 2005, verificou-se saldo não realizado da devolução tarifária no total de R\$4.879 que, assim como o saldo não realizado de diferimento tarifário mencionado na Nota 6.2, foi revertido contabilmente no resultado do exercício de 2006 na rubrica Fornecimento de energia elétrica.

20 - Obrigações estimadas com pessoal

Folha de pagamento	31/12/2006	31/12/2005
INSS e FGTS	19.378	11.190
Total	1.296	1.963
	20.674	13.153

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas as provisões de férias e seus respectivos encargos sociais, a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício, além dos efeitos do Programa de Desligamento Voluntário - PDV, concluído em 31 de maio de 2006.

O PDV prevê a realização de desligamentos de forma escalonada entre os anos de 2006 e 2007, respeitando a implementação de outros programas de eficiência em curso na empresa. O número de adesões ao PDV alcançou 241 colaboradores, dos quais 156 desligaram-se até 31 de dezembro de 2006.

No exercício o impacto no resultado com os desligamentos do PDV é de R\$17.563, dos quais destacam-se os provisionamentos de custos futuros no valor de R\$6.572.

21 - Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

Quota de reserva global de reversão - RGR	31/12/2006	31/12/2005
Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC	1.103	828
Conta de desenvolvimento energético - CDE	12.612	388
Encargos tarifários (ECE/EAEFE)	5.062	4.029
Pesquisa e desenvolvimento	10.059	9.738
Programa de eficiência energética	13.416	
Taxa de fiscalização - ANEEL	10.381	12.350
Total	236	
	52.869	27.333

22 - Provisões para contingências e Depósitos vinculados a litígios - circulante e não circulante

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo	
	31/12/2005	Adições	Pagamentos	Reversão	31/12/2006	Depósito judicial (Nota 12)
Trabalhista	16.321	3.629	(1.690)	(71)	18.189	20.229
Cível	9.590	692	(187)		10.095	389
Fiscais	51.808	9.294		(19.446)	41.656	82.009
Total	77.719	13.615	(1.877)	(19.517)	69.940	102.627
Não circulante	77.719				69.940	102.627

22.1 - Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

22.2 - Cíveis

As contingências cíveis englobam processos nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais, além de questionamento dos valores pagos por consumidores, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas portarias do DNEEE nºs 38 e 45 de 27 de janeiro e 4 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do Plano Cruzado. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do poder judiciário.

22.3 - Fiscais

- Notificações promovidas pelo INSS que exigem o recolhimento de contribuições sobre prestadores de serviços de natureza contínua, equiparados a contratos com vínculo empregatício. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2006 é de R\$16.150 (R\$16.150 em 2005).
- Questionamento judicial feito pela Companhia sobre a constitucionalidade da aplicação do seguro de Acidentes do Trabalho - SAT. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2006 é de R\$7.066 (R\$7.066 em 2005).
- Auto de infração exigindo o pagamento de diferença de CSLL, por não ter adicionado na sua base de cálculo, relativa ao lucro apurado no exercício de 1995 e nos meses de janeiro a abril de 1996, a despesa correspondente aos encargos de depreciação, amortização ou do custo do bem baixado, correspondente à diferença, em 1990, entre o IPC e o Bônus do Tesouro Nacional - BTNF. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2006 é de R\$8.323 (R\$8.323 em 2005).

Em decorrência do trânsito em julgado com sentença favorável à Companhia, referente à ação de contestação do alargamento da base do PIS e COFINS sobre outras receitas, a Companhia procedeu à reversão das respectivas provisões no montante de R\$17.940 no mês de novembro de 2006. A Companhia também adotou, face ao julgamento favorável, o procedimento de atualizar os correspondentes depósitos judiciais, reconhecendo assim os efeitos da atualização no montante de R\$15.651 no resultado do exercício.

22.4 - Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliadas, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	31/12/2006	31/12/2005
Trabalhistas	8.469	7.681
Cíveis	2.443	2.107
Fiscais	29.472	24.746
Total	40.384	34.534

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes questões fiscais:

• Imposto de Renda

A Receita Federal pleiteia a exigência do pagamento de imposto de renda, relativo ao lucro apurado entre dezembro de 1995 e abril de 1996, oriunda de Auto Infração FM 00505, que questiona a adequação em que a Companhia adotou para a deduzir na base de cálculo do imposto de renda os valores de encargos de depreciação, amortização ou custo dos bens baixados, relativos ao valor da diferença de correção monetária, no período-base de 1990, entre o IPC e o BTNF. O montante estimado para esse risco é de R\$15.955.

• INSS

A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança do tributo previdenciário versando sobre a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Escelsa. Essas notificações importam em R\$7.409.

• Tributos municipais - Diversas Prefeituras

Pleito de cobrança de ISSQN, no período de janeiro de 1991 a agosto de 1995, supostamente incidente sobre os serviços de emissão de segunda via de conta, reaviso, entre outros. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos totalizam o montante de R\$4.580.

23 - Patrimônio líquido

23.1 - Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2006 e 2005 está representado por 5.876.012 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil S.A.

23.2 - Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio.

Lucro líquido apurado no exercício	31/12/2006	31/12/2005
Ajuste de exercícios anteriores	139.625	155.191
Lucro líquido ajustado	(11.197)	(8.146)
Constituição da reserva legal - 5%	128.428	147.045
	(6.421)	(7.352)
	122.007	139.693
Dividendos - oriundos do lucro líquido ajustado	45.406	139.693
Constituição da reserva de retenção de lucros	76.601	
Dividendos por ação - R\$	7,273	23,7734

Em 21 de dezembro de 2006, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$45.406, imputados aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data a ser deliberada para pagamento dos dividendos os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram reclassificados para o Patrimônio Líquido, conforme Deliberação CVM nº 207/96.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2006	31/12/2005
23.3 - Reservas		
Reserva de capital		
Juros de obras em andamento	65.687	65.687
Ágio na incorporação de sociedades controladoras	35.348	35.348
Total	<u>101.035</u>	<u>101.035</u>
Reservas de lucros		
Legal	30.436	24.014
Retenção de lucros	265.740	107.431
Total	<u>296.176</u>	<u>131.445</u>

23.3.1 - Reserva de retenção de lucros

A Reserva de Retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o art. 196, da Lei 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital, submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

23.3.2 - Reversão dos dividendos

Em 22 de dezembro de 2006, o Conselho de Administração da Companhia deliberou em revisar a destinação do lucro líquido do exercício de 2005 e respectiva distribuição de dividendos aprovados na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de março de 2006, mediante reversão de parte dos dividendos declarados no valor de R\$81.709, para a Reserva de retenção de lucros, conforme orçamento de capital apresentado para os exercícios de 2007 e 2008.

23.3.3 - Ajustes de exercícios anteriores

Em atendimento a Resolução Normativa nº 219, de 11 de abril de 2006, que aprovou o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, a Companhia reconheceu em 30 de junho de 2006, no Patrimônio líquido, o ajuste no montante de R\$11.197, tendo como contrapartidas: (i) R\$6.676, na rubrica Obrigações vinculadas a concessão, no grupo do Imobilizado como descrito na nota 3.1.g, correspondente aos valores aplicados até 31 de dezembro de 2005 em investimentos vinculados ao programa; e (ii) R\$4.521 no Passivo circulante, na rubrica Encargos regulamentares e setoriais, pelos valores não aplicados até 31 de dezembro de 2005, apurados desde o início do programa.

24 - Receita operacional líquida

	Nº de Consumidores (*)		MWh (*)		R\$mil	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Fornecimento de energia elétrica						
Residencial	827.193	812.000	1.372.831	1.321.382	592.280	504.024
Industrial	10.589	10.607	1.041.163	2.095.840	319.814	471.410
Comércio, serviços e outras atividades	89.921	89.047	905.023	841.917	364.728	305.660
Rural	121.679	110.018	419.309	356.333	82.109	65.826
Poder público	8.190	7.877	165.092	153.237	62.282	50.810
Iluminação pública	277	270	210.324	208.251	45.789	41.399
Serviço público	907	878	162.422	155.061	42.909	34.638
Consumo próprio	134	145	9.644	10.139		
Total do fornecimento faturado	<u>1.058.890</u>	<u>1.030.842</u>	<u>4.285.808</u>	<u>5.142.160</u>	<u>1.509.911</u>	<u>1.473.767</u>
(-) Composição tarifária extraordinária (líquida de ICMS)						
Residencial					(11.495)	(9.679)
Industrial					(20.060)	(26.454)
Comércio, serviços e outras atividades					(19.957)	(16.679)
Rural					(2.211)	(1.768)
Poder público					(3.769)	(3.097)
Iluminação pública					(967)	(875)
Serviço público					(2.354)	(1.902)
					<u>(60.813)</u>	<u>(60.454)</u>
(-) ICMS						
Residencial					(149.563)	(128.002)
Industrial					(78.352)	(117.693)
Comércio, serviços e outras atividades					(90.144)	(75.800)
Rural					(3.274)	(2.627)
Poder público					(10.387)	(8.462)
Iluminação pública					(11.447)	(10.350)
Serviço público					(10.708)	(8.644)
					<u>(353.875)</u>	<u>(351.578)</u>
Total do fornecimento faturado líquido da RTE e ICMS					<u>1.095.223</u>	<u>1.061.735</u>
Fornecimento não faturado					3.463	(8.677)
Devolução tarifária					4.879	26.192
Perda de receita - baixa renda					22.781	24.050
Fornecimento não faturado - PIS e COFINS das geradoras					(2.823)	3.023
Recomposição tarifária					(6.610)	
Outros receitas regulatórias					(5.608)	10.090
Suprimento convencional					36.646	30.668
ECE e EAEFE	1	1	336.269	298.950	633	36.541
(-) ICMS s/ECE e EAEFE					(150)	(8.560)
					<u>1.148.434</u>	<u>1.175.062</u>
Disponibilização do sistema de distribuição e transmissão						
Disponibilização do sistema de distribuição	24	25	3.437.610	2.198.050	315.351	194.964
ICMS sobre disponibilização do sistema de distribuição					(76.968)	(44.818)
Encargo de conexão					531	460
					<u>238.914</u>	<u>150.606</u>
Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo e suprimento leilão					29.258	16.437
Serviços taxados e outros					13.949	14.261
					<u>43.207</u>	<u>30.698</u>
(-) Deduções da receita					<u>1.430.555</u>	<u>1.356.366</u>
RGR					(12.602)	(11.007)
PIS e COFINS					(136.216)	(94.041)
ECE e EAEFE - repasse para CBEE					(483)	(27.980)
ISS					(29)	(5)
					<u>(149.330)</u>	<u>(133.033)</u>
Total	<u>1.058.915</u>	<u>1.030.868</u>	<u>8.059.687</u>	<u>7.639.160</u>	<u>1.281.225</u>	<u>1.223.333</u>

* Não auditado

24.1 - Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh.

Em decorrência desse enquadramento, a Companhia procede mensalmente o levantamento das perdas de receita, os quais são recuperados através de subvenção recebida da Eletrobrás, cujo montante ainda não liquidado financeiramente monta em R\$14.310 (R\$5.372 em 2005) a receber (Nota 13).

25 - Gastos operacionais

	Custo do serviço			Despesas operacionais			2006	2005
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administ.	Outras		
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Contratos iniciais								120.479
Itaipu	147.389						147.389	149.523
Leilão	212.663						212.663	104.196
PROINFA	5.026						5.026	
Energia de curto prazo - CCEE	7.135						7.135	1.410
Outros suprimentos	115.036						115.036	124.380
Efeito líquido da CVA	(37.182)						(37.182)	7.540
Encargos de uso da rede elétrica								
Encargo de uso e conexão	176.387						176.387	129.649
Encargo de serviços de sistema	3.213						3.213	5.277
Efeito líquido da CVA	(21.549)						(21.549)	18.756
Quota CCC/CDE								
CCC		99.166					99.166	75.678
CDE		60.739					60.739	48.348
Efeito líquido da CVA		1.540					1.540	18.958
Taxa de fiscalização		2.631					2.631	2.504
Compensações financeiras		352					352	1.167
Eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento						14.105	14.105	4.977
	<u>608.118</u>	<u>164.428</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.105</u>	<u>786.651</u>	<u>812.842</u>
Gerenciáveis								
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada		56.422	97		47.163		103.682	77.598
Material		12.820	459		(2.555)		10.724	10.337
Serviços de terceiros		49.381	286	7.340	18.926		75.933	63.872
Depreciação e amortização		68.206			2.569		70.775	66.737
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas						9.086	9.086	8.810
Provisões para contingências						3.241	3.241	
Aluguéis		555			832		1.387	3.608
Outras		13.344	154	961	1.643	497	16.599	2.847
	<u>-</u>	<u>200.728</u>	<u>996</u>	<u>17.387</u>	<u>68.578</u>	<u>3.738</u>	<u>291.427</u>	<u>233.809</u>
Total	<u>608.118</u>	<u>365.156</u>	<u>996</u>	<u>17.387</u>	<u>68.578</u>	<u>17.843</u>	<u>1.078.078</u>	<u>1.046.651</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

26 - Resultado financeiro

	2006	2005
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	11.352	19.704
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida	27.658	20.269
Operações de <i>swap</i> e <i>hedge</i>	655	
Atualização monetária de ativos regulatórios	21.960	69.634
Variações monetárias moeda estrangeira	(5.861)	(15.089)
Ganho na alienação de títulos cambiais	8.841	
SELIC sobre COFINS (alargamento de base)	15.651	
Outras receitas financeiras	3.610	2.855
	<u>83.866</u>	<u>97.373</u>
Despesas financeiras		
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada	(1.135)	
Encargos de dívidas	(82.768)	(140.152)
Variações monetárias moeda nacional	(267)	(14.167)
Variações monetárias moeda estrangeira	23.661	98.648
Operações de <i>swap</i> e <i>hedge</i>	(33.205)	(15.337)
Atualização monetária de passivos regulatórios	(5.407)	(21.789)
Provisão para desvalorização de títulos e valores mobiliários		(10.607)
Encargos sobre contingências fiscais	(6.663)	
Juros sobre capital próprio	(45.406)	(53.223)
CPMF	(9.562)	(8.816)
Reversão da COFINS (alargamento de base)	17.940	
Outras despesas financeiras	(5.761)	(5.595)
	<u>(148.573)</u>	<u>(171.038)</u>
Total	<u>(64.707)</u>	<u>(73.665)</u>

27 - Encargos financeiros e variações monetárias capitalizadas

De acordo com a Instrução Contábil nº 10, item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o Ativo imobilizado em curso, no exercício de 2005 os seguintes valores:

	2005
Encargos de dívidas contabilizados no resultado	143.067
Transferência para o imobilizado em curso	(2.915)
Líquido	<u>140.152</u>
Variações monetárias e cambiais contabilizadas no resultado	(83.742)
Transferência para o imobilizado em curso	(739)
Líquido	<u>(84.481)</u>
Total capitalizado	<u>(3.654)</u>

Como decorrência da desverticalização das atividades de geração, ocorrida em julho de 2005, os financiamentos que geravam encargos financeiros e variações monetárias capitalizáveis, foram transferidos para as Companhias que receberam os correspondentes ativos em construção. Face exposto não houve capitalização de encargos financeiros neste exercício.

28 - Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2006	2005	2006	2005
Lucro antes do IR e CSLL	136.795	150.200	136.795	150.200
Adições	72.863	688.442	72.863	688.442
Exclusões	(139.067)	(489.496)	(121.127)	(438.993)
	70.591	349.146	88.531	399.649
Compensação 30% (até limite do prejuízo)	(21.177)	(104.744)	(26.559)	(119.895)
	49.414	244.402	61.972	279.754
Alíquotas nominais de IR e CSLL	25%	25%	9%	9%
	(12.353)	(61.101)	(5.577)	(25.178)
Incentivos fiscais	593	207		
Diferimento tributação sobre RTE		(12.365)		(4.398)
Outros	(52)	(4.542)	(27)	(1.596)
IR e CSLL - correntes	(11.812)	(77.801)	(5.604)	(31.172)
IR e CSLL - diferidos	(19.331)	42.756	(5.829)	17.985
Total	<u>(31.143)</u>	<u>(35.045)</u>	<u>(11.433)</u>	<u>(13.187)</u>

29 - Remuneração dos administradores

Foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária realizada em 27 de março de 2006, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R\$2.500.

30 - Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de informações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2006
Subestações	233.428
Almoxarifado	16.230
Prédios e conteúdos (próprios)	20.658
Responsabilidade civil	5.724
Transporte (materiais)	9.600
Transporte (veículos)	1.300
Acidentes pessoais/Vida grupo	95.817

31 - Instrumentos financeiros

31.1 - Considerações gerais

A utilização de instrumentos e operações envolvendo taxas de juros, como diretriz da Administração, tem por objetivo proteger a Companhia das variações no câmbio de moedas estrangeiras em relação ao Real, nas suas operações ativas e passivas.

A Administração avalia que, nas aplicações financeiras de suas disponibilidades, os riscos são mínimos, pois não existe concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez.

31.2 - Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se os Empréstimos e financiamentos e Operações de *hedge* (Nota 17). Os valores de mercado, quando aplicável, foram calculados conforme o valor presente desses instrumentos financeiros, considerando taxas de juros praticadas pelo mercado para operações de riscos e operações similares.

31.3 - Risco de crédito

Outro instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é representado por contas a receber que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada e pela possibilidade de corte no fornecimento de energia elétrica dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, os valores da CCEE também representam risco, no contexto descrito na nota 6.1.

31.4 - Operações de hedge

A Companhia, com o intuito de eliminar a exposição de suas dívidas em dólar às oscilações da taxa de câmbio, possui em 31 de dezembro de 2006 operações de *hedge*, apresentadas na nota 17.

31.5 - Risco de taxa de câmbio e taxa de juros

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros em moeda estrangeiras são:

	31/12/2006	31/12/2005
Títulos e Valores Mobiliários		106.644
Senior Notes	(243.416)	(266.493)
	<u>(243.416)</u>	<u>(159.849)</u>

Parte dos empréstimos e financiamentos captados em moeda nacional são compostos de financiamentos junto a agências nacionais, Eletrobrás e BNDES.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos internos, aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Conforme mencionado na nota 17, foram captados recursos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), sendo o endividamento e o resultado das operações, significativamente afetados pelo fator de risco de mercado da taxa de câmbio (dólar norte-americano).

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos do passivo em moeda estrangeira.

A exposição líquida dos instrumentos financeiros da Companhia, a este fator de risco, é a seguinte:

	Valor contábil		Valor de mercado	
	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2005
Sênior Notes	(243.416)	(266.493)	(248.382)	(252.502)
Ativos em Dólar	106.644	106.644	106.644	120.124
Exposição líquida	<u>(243.416)</u>	<u>(159.849)</u>	<u>(248.382)</u>	<u>(132.378)</u>

O método de mensuração utilizado para determinação do valor justo da obrigação foi o de cotações realizadas até as datas dos balanços, de transações de Senior Notes (Fonte BVF), registradas em Nova York, E.U.A. e, para os ativos em dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2005, foi utilizada a cotação de mercado dos contratos.

32 - Universalização do serviço público de energia elétrica

Através da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Universalização de acesso à Energia Elétrica a todos que possuem carga até 50 kW sem nenhum ônus. Na área de concessão da Escelsa o prazo é de viabilizar o atendimento até 2008.

Na área urbana foram realizados atendimentos em todos os municípios da área de concessão, de acordo com a Resolução 223/ANEEL, de 29 de abril de 2003, com investimentos de R\$11.262, para atendimento a 101.792 domicílios. Na área rural, foram atendidos 35.855 novos clientes, com aplicação de R\$115.046.

Como forma de antecipar o atendimento da parcela da população de menor renda da área rural o Governo Federal instituiu através do Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, o Programa - "Luz para Todos", visando proporcionar o acesso ao serviço público de energia elétrica até 2008.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para operacionalizar o programa foi assinado em 21 de maio de 2004, Termo de compromisso entre o Ministério de Minas e Energia, governo do estado e Escelsa, com a intermediação da Eletrobrás e ANEEL, para atendimento a 10.594 domicílios na área rural de concessão da empresa, o qual foi posteriormente aditado para estender o atendimento a 22.984 domicílios, no período de maio de 2004 a maio de 2007, com financiamento de 65% com recurso da RGR (financiamento), 10% recursos de subvenção econômica CDE (fundo perdido), 15% agente executor e 10% governo do estado.

Para a sua execução foram assinados os seguintes instrumentos:

- Em 21 de maio de 2004 foi firmado contrato com a Eletrobrás ECF-031/2004 no valor de R\$35.732 sendo R\$30.968 de recursos da RGR (financiamento) e R\$4.764 de recursos da CDE (fundo perdido).
- Em 20 de novembro de 2005 foi firmado contrato com a Eletrobrás ECF-106/2005, no valor de R\$58.044 sendo R\$50.305 de recursos da RGR (financiamento) e R\$7.739 de recursos da CDE (fundo perdido).
- Em 29 de abril de 2004 e 10 de dezembro de 2005, foram firmados os convênios nº 027/2004 e 054/2005 com o governo do estado que estabelece as premissas para atendimento de 23.126 novos consumidores, consoante com a parcela de participação do estado na implantação do programa, conforme estabelecido no Termo de compromisso.

O total do investimento contemplando a participação do agente executor até 31 de dezembro de 2006 foi de R\$126.308 para atendimento a 137.647 novos clientes.

33 - Reajuste tarifário

A ANEEL, em reunião pública ocorrida em 3 de agosto de 2006, aprovou o relatório que autoriza o reajuste médio das tarifas da Escelsa, em 16,67% para o período entre agosto/06 a julho/07, englobando todas as classes de consumo.

Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Escelsa, associados à recuperação relativas à períodos passados, cujo reconhecimento contábil impactou positivamente o resultado do exercício em aproximadamente R\$27.600, o reajuste tarifário médio efetivo nas faturas de energia elétrica foi de 11,4%, aplicado de forma diferenciada para os diversos grupos de clientes, devido à política de realinhamento tarifário promovido pelo Governo Federal para eliminação gradual do subsídio cruzado existente entre as classes consumidoras.

Dessa forma, a ANEEL informou que os consumidores de alta tensão (essencialmente grandes consumidores, comerciais e industriais) tiveram índices de reajuste de, em média, 15,28%, superiores aos consumidores de baixa tensão de, em média, 8,29%.

No processo de reajuste tarifário, a ANEEL considera a variação de custos que as empresas experimentaram no decorrer de doze meses anteriores. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis, sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X, e custos não gerenciáveis, como energia comprada de geradoras, Conta de consumo combustível (CCC), Reserva global de reversão (RGR), Taxa de fiscalização e Encargos de transmissão, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL na Conta de Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) e outros instrumentos.

34 - Revisão tarifária periódica - fato relevante

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabeleceu novos conceitos e diretrizes gerais a serem observadas pelas concessionárias do serviço público de energia elétrica por ocasião das revisões tarifárias periódicas, previstas nos termos da legislação.

Em consequência, as principais alterações introduzidas foram:

- Blindagem da Base de Remuneração Regulatória - BRR aprovada no ciclo anterior (BRR anterior);
- Expurgo de baixas ocorridas entre as datas-base do 3º e 4º ciclos;
- Atualização dos valores remanescentes da BRR anterior pelo IGP-M;
- Consideração dos efeitos da depreciação acumulada ocorrida entre as datas-base do 3º e 4º ciclos; e
- Adições ocorridas entre as datas-base do 3º e 4º ciclos.

Destaque-se, também, o tratamento fixado ao saldo da conta Obrigações vinculadas à Concessão (Nota 14), que passarão a ser amortizadas às mesmas taxas de depreciação dos demais ativos em serviço, mediante a utilização de uma taxa média, a partir da próxima revisão tarifária periódica (2º ciclo), de forma que tal depreciação passe a anular os efeitos da depreciação dos bens a ela vinculados, incorporados ao Imobilizado em Serviço, e não será considerada na formação da tarifa a partir do próximo ciclo revisional, como ocorria no passado.

A taxa de remuneração dos ativos remuneráveis, definida com base no custo médio ponderado de capital (WACC), foi revista, passando de 11,26 % para 9,98%, em termos reais, já descontada a inflação e os impostos.

A Companhia encontra-se avaliando detalhadamente os impactos dessa normatização nos negócios da Empresa, razão pela qual, neste momento, não procedeu à estimativa dos efeitos sobre as demonstrações financeiras vindouras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÔNIO FERNANDO MELO MARTINS DA COSTA
Presidente

ANTÔNIO EDUARDO DA SILVA OLIVA
Vice-Presidente

ANTONIO JOSÉ SELLARE
CUSTÓDIO ALEXANDRE ROUXINOL MIGUENS
CARLOS ALBERTO SILVA DE ALMEIDA E LOUREIRO
JOÃO JOSÉ GOMES DE AGUIAR
RUTH STORCH DAMASCENO

DIRETORIA EXECUTIVA

ANTÔNIO EDUARDO DA SILVA OLIVA
Diretor Presidente

THOMAS DANIEL BRULL
**Diretor Administrativo-Financeiro
e de Relações com Investidores**

MANUEL FERNANDO DAS NEVES BENTO
Diretor Técnico

DOREL SOARES RAMOS
Diretor Comercial
SERGIO PEREIRA PIRES
Diretor Executivo

LEONARDO JOSÉ VALLESI
Superintendente de Contabilidade

JOSÉ GERALDO NUNES
Contador
CRC-ES 002857/O-6

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa
Vitória - ES

1. Examinamos os balanços patrimoniais da **Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa**, levantados em 31 de dezembro de 2006 e 2005, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendem: **(a)** o planejamento do trabalho, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; **(b)** a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e **(c)** a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Espírito Santo Centrais**

Elétricas S.A. - Escelsa em 31 de dezembro de 2006 e 2005, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras acima referidas, tomadas em conjunto. As demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005 representam informações complementares àquelas demonstrações, as quais não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações financeiras acima referidas, tomadas em conjunto.



Auditores Independentes
CRC 1SP141128/O-2-S-ES

16 de fevereiro de 2007

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2-S-ES